
EL NIÑO
2026 - 2027

EXPEDIENTE

LUANA PORTELA ERVATE
Secretária Municipal de Saúde

CRISTIANE BERTOLIN DUARTE CANAL
Gerente de Vigilância em Saúde

JOANA DE FÁTIMA FIRGULHA DA SILVA
Gerente de Atenção Primária em Saúde

SARA HELENA SOARES WOLFF
Chefe Departamento de Apoio a Saúde

RICHARLA SALEME SANSÃO
Chefe do Dep. de Faturamento e Sistema de Informação

MARISE BERNARDA VILEA
Apoio técnico a Saúde

FRANCISCO DE ASSIS SOUZA ALVES
Chefe do Departamento de Transporte Sanitário

ELABORAÇÃO

LUANA PORTELA ERVATE
Ponto Focal Municipal do VIGIDESASTRES

REVISÃO TÉCNICA

CRISTIANE BERTOLIN DUARTE CANAL
Referência Técnica em Saúde do Trabalhador

COLABORADORES

CARLOS EDUARDO FERREIRA - Vigilância Epidemiológica

SARA DO NASCIMENTO RIGO - Programa Municipal de Imunizações (PMI)

RONALDO SOARES - Vigilância Ambiental

ANGELIO DE FREITAS - Vigilância Sanitária

JOANA DE FÁTIMA FIRGULHA DA SILVA - Gerente da Atenção Primária à Saúde

SARA HELENA SOARES WOLFF - Chefe Departamento de Apoio a Saúde

FLAVIO RESENDE CODIGNOLE- Assistência Farmacêutica

VINICIUS FEZER MARTINS - Coordenador Defesa Civil de Conceição do Castelo

LUDMILA AVANCI – Responsável Técnica pelo HMNSP

RITA DE CASSIA BORTOLINI AYRES DASSIE – Administradora Hospitalar

RICHARLA SALEME SANSÃO - Chefe do Dep. de Faturamento e Sistema de Informação

MARISE BERNARDA VILEA - Apoio técnico a Saúde

PLANO DE PREPARAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO PARA O ENFRENTAMENTO DOS IMPACTOS DO EL NIÑO

ELEMENTO	IDENTIFICAÇÃO
Município / código IBGE	Conceição do Castelo - Espírito Santo | 320170
Instrumento	Plano setorial de preparação e enfrentamento dos impactos do El Niño na saúde
Abrangência	Território municipal, Rede de Atenção à Saúde e interfaces intersetoriais pactuadas
Coordenação sanitária	Secretaria Municipal de Saúde, com apoio técnico da Gerência de Vigilância em Saúde
Ponto focal	Luana Portela Ervate
Referência	outubro de 2026 | cenário oficial conferido até 21/10/2026
Vigência proposta	Da aprovação até dezembro de 2027, com revisão conforme evolução dos cenários
Integração	Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil - PLANCON municipal; Plano Programa Nacional de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres - VIGIDESASTRES; Plano de Contingência de Prevenção e Controle de Epidemias de Chikungunya, Dengue e Zika vírus do município de Conceição do Castelo; Plano Municipal de Saúde; Fluxos da Secretaria de Estado da Saúde - SESA /ES.

SUMÁRIO OPERACIONAL

PLANO DE PREPARAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO PARA O ENFRENTAMENTO DOS IMPACTOS DO EL NIÑO....3
1. INTRODUÇÃO, GOVERNANÇA E FUNDAMENTOS 6
1.1 Governança, coordenação e participação....6
1.2 Estrutura de governança e interfaces propostas....7
1.3 Contextualização e justificativa....8
1.4 Objetivo geral e objetivos específicos....10
1.5 Fundamentos normativos e técnicos....12
2. CARACTERIZAÇÃO DO FENÔMENO E DO TERRITÓRIO 13
2.1 O fenômeno El Niño-Oscilação Sul....13
2.2 Caracterização de Conceição do Castelo e histórico de eventos 13
3. IMPACTOS MUNICIPAIS E AVALIAÇÃO DE RISCO 15
3.1 Repercussões sobre a saúde e os serviços essenciais....15
3.2 Populações prioritárias 16
3.3 Papel dos ACS e ACE no enfrentamento aos impactos do El Niño....18
4. MATRIZ MUNICIPAL DE CAPACIDADE INSTALADA, CONTINUIDADE E RETAGUARDA DA REDE DE SAÚDE....19
5. ESTÁGIOS OPERACIONAIS, AÇÕES E RESPONSÁVEIS 25
5.1 Referência cromática dos estágios operacionais....25
5.2 Diretrizes para a comunicação de risco e orientação à população durante os impactos do El Niño43
5.5 Interface com a Coordenadoria Regional de Proteção e Defesa Civil....48
5.6 Interface com o Corpo de Bombeiros Militar 50
5.7 Interface com o SAMU 192....52
5.8 Articulação com o Hospital Padre Máximo – Venda Nova do Imigrante....54
5.9 Recuperação, avaliação e revisão 55
6. Considerações finais 56
7. Anexo Operacionais....58
8. Referência Bibliográficas 77

SIGLAS ESSENCIAIS

SIGLA	SIGNIFICADO	SIGLA	SIGNIFICADO
ACE	Agente de Combate às Endemias	ACS	Agente Comunitário de Saúde
APS	Atenção Primária à Saúde	UBS	Unidade Básica de Saúde
CBMES	Corpo de Bombeiros Militar do ES	CEMADEN	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
CIEVS	Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde	COE	Centro de Operações de Emergência
COMPDEC	Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil	DDA	Doenças diarreicas agudas
ENOS	El Niño-Oscilação Sul	EPI	Equipamento de proteção individual
ETP	Estudo técnico preliminar	GT	Grupo de trabalho
LACEN	Laboratório Central de Saúde Pública	LDO / LOA	Lei de Diretrizes Orçamentárias / Lei Orçamentária Anual
MDDA	Monitorização das doenças diarreicas agudas	PEI / PNI	Programa Estadual / Nacional de Imunizações
PLANCON	Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil	ESF	Estratégia Saúde da Família
REMUME	Relação Municipal de Medicamentos Essenciais	RSS	Resíduos dos serviços de saúde
SAA / SAC	Sistema / solução alternativa coletiva de abastecimento	SESA	Secretaria de Estado da Saúde
SMS	Secretaria Municipal de Saúde	THIRA	Avaliação de ameaças, riscos e capacidades
VSPEA	Vigilância de populações expostas a agrotóxicos	VISA	Vigilância Sanitária
VE / VA	Vigilância Epidemiológica / Ambiental	VISAT	Vigilância em Saúde do Trabalhador
VIGIAGUA	Vigilância da água para consumo humano		

1. INTRODUÇÃO, GOVERNANÇA E FUNDAMENTOS

O presente Plano estabelece as ações de preparação da Secretaria Municipal de Saúde de Conceição do Castelo diante dos riscos sanitários e assistenciais relacionados ao fenômeno El Niño 2026-2027. Seu objetivo é converter previsões climáticas, fragilidades territoriais e orientações dos órgãos oficiais em ações práticas, definindo responsáveis, resultados esperados, prazos, critérios para acionamento e formas de monitoramento.

Constitui um instrumento setorial do Sistema Único de Saúde, articulado ao PLANCON municipal, ao Plano VIGIDESASTRES e às políticas de proteção e defesa civil, assistência social, saneamento, educação, meio ambiente e infraestrutura. Não substitui os planejamentos específicos dos demais órgãos nem modifica suas atribuições legais, mas define as articulações necessárias para preservar a saúde da população, garantir a continuidade dos atendimentos e subsidiar a tomada de decisões.

1.1 Governança, coordenação e participação

A Secretaria Municipal de Saúde será responsável pela coordenação das ações sanitárias. A Vigilância em Saúde atuará no suporte técnico, contribuindo para a análise de riscos, a articulação das informações e o monitoramento dos indicadores. Cada setor da Saúde deverá indicar um responsável titular e um suplente. A articulação com os demais órgãos seguirá as respectivas normas, atribuições legais, planos e instrumentos de pactuação vigentes.

O ponto focal municipal encarregado de acompanhar as ações relacionadas ao El Niño será o mesmo designado para o VIGIDESASTRES, promovendo a integração entre os instrumentos de planejamento e garantindo a continuidade da comunicação e da cooperação institucional.

1.2 Estrutura de governança e interfaces propostas

INSTÂNCIA / ÁREA	FUNÇÃO NO PLANO	FORMALIZAÇÃO / INTERFACE
Secretaria Municipal de Saúde	Coordenação sanitária, definição de prioridades, aprovação técnica, mobilização da rede e interlocução institucional.	Autoridade sanitária municipal; ponto focal e suplentes designados.
Vigilância em Saúde	Análise integrada das informações climáticas, ambientais, epidemiológicas e sanitárias;	Gerência e referências técnicas; articulação com APS e SESA.
Áreas assistenciais e de apoio	APS, assistência especializada, urgência, RAPS, laboratório, farmácia, imunização, logística, compras e gestão.	Responsáveis setoriais indicados pela SMS.
Defesa Civil municipal	Interface para alertas, avaliação territorial, rotas, retirada, abrigamento e coordenação prevista no PLANCON.	Competências legais próprias; participação e fluxo a pactuar.
Demais secretarias municipais	Interação sobre água, saneamento, escolas, famílias vulneráveis, obras, estradas, agricultura, comunicação e orçamento.	Compromissos definidos pelos próprios órgãos e validados formalmente no PLANCON.
Órgãos estaduais e parceiros	Apoio técnico, laboratorial, assistencial, regulatório, operacional e de abastecimento quando necessário.	SESA/ES, Regional, CIEVS, LACEN, PEI, CEREST, CBMES e prestadores; a pactuar.

1.3 Contextualização e justificativa

O fenômeno El Niño constitui um fator climático capaz de influenciar os padrões de temperatura e precipitação, modificando a probabilidade e a intensidade de determinadas ameaças ambientais. Entretanto, sua ocorrência não implica, necessariamente, a manifestação de desastres em todos os territórios, uma vez que os efeitos observados dependem das condições geográficas, ambientais, sociais e estruturais de cada município. A combinação entre os eventos climáticos, as características do território, a vulnerabilidade da população e a capacidade de organização dos serviços públicos determina, em grande medida, a dimensão dos possíveis impactos.

No município de Conceição do Castelo, a diversidade das características territoriais, a distribuição das comunidades rurais, a circulação de visitantes, a presença de áreas de relevo acidentado, a dependência de estradas vicinais e as particularidades dos sistemas de abastecimento de água representam aspectos relevantes para o planejamento das ações de prevenção e resposta. Essas condições demandam estratégias que considerem as diferentes realidades locais, assegurando que as medidas de preparação alcancem tanto a área urbana quanto as comunidades rurais e as localidades com maior dificuldade de acesso.

Entre os possíveis cenários de risco, destacam-se os períodos de temperaturas elevadas, a redução da disponibilidade hídrica, as queimadas e a exposição à fumaça, a ocorrência de doenças relacionadas às condições ambientais, o aumento do risco de arboviroses e os episódios de precipitação intensa, com possibilidade de alagamentos, deslizamentos e interrupções de vias. Tais situações podem ocorrer de maneira independente, simultânea ou consecutiva, ampliando a complexidade da resposta municipal e exigindo atuação coordenada entre os serviços de saúde e os demais setores responsáveis pela proteção da população.

No âmbito da saúde pública, esses eventos podem contribuir para o agravamento de doenças preexistentes, o aumento de problemas respiratórios e relacionados ao calor, a ocorrência de doenças de veiculação hídrica, a ampliação dos riscos associados a vetores e a interrupção do acompanhamento de pacientes que necessitam de cuidados contínuos. Além disso, danos à infraestrutura, dificuldades de deslocamento e comprometimento do abastecimento de água podem prejudicar o funcionamento das

unidades de saúde, a conservação de insumos e medicamentos e o acesso da população aos atendimentos essenciais.

Diante dessas possibilidades, torna-se indispensável fortalecer a capacidade de antecipação e gerenciamento dos riscos, por meio do acompanhamento das condições climáticas, da análise das vulnerabilidades territoriais e da identificação prévia dos recursos necessários à resposta. A preparação deve incluir a organização dos fluxos de atendimento, a avaliação da capacidade operacional das unidades de saúde, a disponibilidade de medicamentos e insumos estratégicos, a proteção dos trabalhadores, a manutenção dos sistemas de comunicação e o estabelecimento de alternativas para garantir a assistência em emergências.

Também se faz necessária a articulação permanente entre a Secretaria Municipal de Saúde, a Defesa Civil e os setores de assistência social, saneamento, educação, meio ambiente, agricultura e infraestrutura, conforme as competências de cada órgão. Essa integração favorece o compartilhamento de informações, a identificação de áreas prioritárias, a mobilização de recursos e a adoção de providências oportunas, especialmente em localidades rurais ou sujeitas ao isolamento temporário. As ações deverão considerar, ainda, a proteção de crianças, idosos, pessoas com deficiência, gestantes, indivíduos com doenças crônicas e demais grupos que possam apresentar maior vulnerabilidade diante dos impactos climáticos.

A Decisão Plenária TCE-ES nº 17/2026, conforme referência apresentada para este instrumento, constitui elemento a ser considerado no planejamento preventivo, especialmente quanto à necessidade de antecipação das medidas administrativas, integração das políticas públicas, continuidade dos serviços de saúde, fortalecimento da vigilância de agravos, organização das aquisições necessárias e compatibilização das ações com o planejamento orçamentário. A aplicação dessas orientações deverá observar a legislação vigente, as competências institucionais e os procedimentos administrativos pertinentes, sem prejuízo das atribuições de controle e fiscalização dos órgãos competentes.

Nesse contexto, o presente Plano de Contingência é estruturado como instrumento de planejamento, organização e orientação das ações da Secretaria Municipal de Saúde de Conceição do Castelo para o período de 2026–2027. Sua implementação busca estabelecer procedimentos claros para a prevenção, a preparação, a resposta e a recuperação dos serviços de saúde diante de possíveis ocorrências associadas às

condições climáticas, definindo responsabilidades, prazos, recursos necessários, critérios para acionamento das medidas e mecanismos de acompanhamento dos resultados.

Por meio dessas iniciativas, pretende-se ampliar a capacidade institucional de resposta, reduzir os riscos de agravamento das condições de saúde da população, minimizar interrupções na assistência e fortalecer a integração da rede municipal de saúde com os demais componentes do sistema de proteção e defesa civil. Dessa forma, o Plano contribui para uma atuação preventiva, organizada e proporcional aos riscos identificados, priorizando a segurança da população, a continuidade dos serviços essenciais e o aprimoramento da gestão municipal de riscos e desastres.

1.4 Objetivo geral e objetivos específicos

Estabelecer diretrizes, estratégias e procedimentos para orientar a atuação preventiva, integrada e intersetorial da Secretaria Municipal de Saúde de Conceição do Castelo diante dos possíveis impactos do fenômeno El Niño no período de 2026–2027, visando reduzir vulnerabilidades, minimizar riscos à saúde pública, proteger a população e fortalecer a capacidade municipal de preparação, resposta e recuperação, assegurando a continuidade dos serviços essenciais de saúde.

- Monitorar as condições meteorológicas, hidrológicas, ambientais, epidemiológicas e assistenciais que possam influenciar a ocorrência de eventos adversos e seus impactos sobre a saúde da população.
- Identificar e avaliar áreas, comunidades, grupos populacionais, unidades de saúde e serviços estratégicos potencialmente vulneráveis aos efeitos do calor intenso, da fumaça, da escassez hídrica, das chuvas intensas, de possíveis interrupções de acesso e do aumento de doenças relacionadas às condições climáticas e ambientais.
- Estabelecer níveis de alerta e critérios de acionamento das medidas previstas neste Plano, definindo fluxos de comunicação, responsabilidades institucionais e procedimentos para subsidiar a tomada de decisão em tempo oportuno.
- Garantir, dentro das competências da Secretaria Municipal de Saúde, a continuidade e a segurança dos atendimentos, priorizando a disponibilidade de água potável, energia elétrica, transporte sanitário, medicamentos, vacinas, imunobiológicos, insumos, conservação de amostras, sistemas de informação e demais recursos necessários ao funcionamento dos serviços.

- Planejar e organizar a assistência à saúde para atender ao possível aumento da demanda, contemplando a vigilância de agravos, o atendimento às urgências, o acompanhamento de pacientes com doenças crônicas e a proteção dos grupos populacionais em situação de maior vulnerabilidade.
- Promover o planejamento antecipado das aquisições, dos contratos, dos estoques estratégicos e dos recursos financeiros necessários à execução das ações, considerando os cenários de risco, o consumo previsto, a capacidade de armazenamento, a disponibilidade orçamentária e a legislação vigente.
- Fortalecer a articulação entre a Secretaria Municipal de Saúde, a Defesa Civil, as demais secretarias municipais, os serviços de saneamento, as instituições parceiras e os órgãos estaduais e federais, respeitando as atribuições legais e promovendo a atuação coordenada nas diferentes fases da gestão de riscos e desastres.
- Aprimorar a comunicação de riscos e as orientações à população, por meio de informações claras, acessíveis e oportunas sobre medidas de prevenção, cuidados com a saúde e procedimentos a serem adotados diante de alertas ou emergências.
- Desenvolver ações de capacitação e preparação dos profissionais de saúde, com ênfase na identificação de riscos, nos procedimentos de resposta, na segurança dos trabalhadores e na manutenção dos serviços essenciais em situações adversas.
- Definir indicadores e mecanismos de acompanhamento para avaliar a execução das medidas previstas, identificar necessidades de ajustes e subsidiar a elaboração de relatórios técnicos e a prestação de informações às instâncias competentes.
- Promover a revisão periódica deste Plano, considerando a atualização das informações climáticas e epidemiológicas, os alertas dos órgãos oficiais, as mudanças nas condições territoriais, os resultados das ações executadas e as lições aprendidas durante exercícios simulados ou situações reais.

1.5 Fundamentos normativos e técnicos

Base normativa aplicável e implicação para o planejamento

EIXO	REFERÊNCIA	APLICAÇÃO
Direito à saúde e SUS	Constituição Federal; Lei nº 8.080/1990.	Organização da assistência, vigilância e proteção da saúde.
Proteção e defesa civil	Lei nº 12.608/2012, arts. 8º e 9º; Lei nº 12.340/2010 e alterações.	Planejamento municipal, articulação entre órgãos, segurança de escolas e hospitais e assistência física e mental.
VIGIDESASTRES	Portaria GM/MS nº 4.185/2022; Guia para Elaboração de Planos de Contingência do MS, 2024.	Gestão sanitária do risco, preparação, resposta e continuidade.
Água e vigilância ambiental	Portaria de Consolidação GM/MS nº 5/2017, Anexo XX, e alterações; Vigiagua.	Monitoramento da potabilidade e gestão sanitária da água.
Assistência farmacêutica	Portaria GM/MS nº 874/2021; orientações federais sobre kits de calamidade.	Fluxo condicionado de apoio federal e planejamento de medicamentos e insumos.
Rede de frio	Manual de Rede de Frio do PNI, 6ª edição, 2025; orientações técnicas estaduais.	Conservação, monitoramento, manutenção, contingência e transporte de imunobiológicos.
Contratação e orçamento	Lei nº 14.133/2021, especialmente art. 18; Lei Complementar nº 101/2000; LDO e LOA.	ETP, termo de referência, compras preventivas, previsão orçamentária e controle de execução.
Proteção de dados	Lei nº 13.709/2018 - LGPD.	Acesso restrito a cadastros nominais, contatos e informações clínicas.
Diretrizes estaduais	Decisão Plenária TCE-ES nº 17/2026; Decreto Estadual nº 6.463-R/2026; orientações SESA/ES.	Integração estadual, planejamento antecipado, matrizes operacionais e monitoramento do El Niño.
Planejamento municipal	Plano VIGIDESASTRES; Plano Municipal de Saúde 2026-2029.	Território, cenários, organização da resposta e coerência com o planejamento da Saúde.

2. CARACTERIZAÇÃO DO FENÔMENO E DO TERRITÓRIO

2.1 O fenômeno El Niño-Oscilação Sul

O El Niño corresponde à fase quente do El Niño-Oscilação Sul, caracterizada pelo aquecimento anômalo do Oceano Pacífico Equatorial e por alterações na circulação atmosférica. Seus efeitos regionais são modulados pelo Atlântico, pela circulação de umidade, por frentes frias, relevo, uso do solo e outras condições locais. Por isso, a intensidade oceânica do fenômeno não equivale à intensidade de seus impactos em Domingos Martins.

Para a saúde pública, o fenômeno deve ser tratado como condicionante de ameaças compostas: calor e baixa umidade; estiagem e redução de disponibilidade hídrica; incêndios e fumaça; aumento ou mudança de risco vetorial; e chuva intensa localizada, enxurrada ou movimento de massa, inclusive após períodos secos. A gestão municipal deve combinar previsões oficiais com observação territorial e capacidade de resposta.

2.2 Caracterização de Conceição do Castelo e histórico de eventos

Características territoriais relevantes para a preparação da Saúde

DIMENSÃO	INFORMAÇÃO DE REFERÊNCIA	IMPLICAÇÃO OPERACIONAL
População	11.987 habitantes no Censo 2022; estimativa de 12.472 habitantes em 2025.	Planejar cobertura, comunicação e dimensionamento com atualização cadastral da Saúde.
Área territorial e densidade demográfica	369,778 km²; densidade demográfica de 32,28 hab/km²	Considerar dispersão rural, acesso desigual, diferentes tempos de deslocamento e autonomia territorial.
Relevo e hidrografia	Território serrano, encostas, diferentes altitudes e cursos d'água vinculados às bacias locais.	Avaliar movimento de massa, enxurrada, captação, fontes alternativas e isolamento.
Conectividade	Paralela BR-262 e extensa malha de vias vicinais.	Definir rotas principais e alternativas para assistência, equipe, amostras, medicamentos e remoção.
Economia e circulação	Agricultura familiar, no agronegócio de montanha, cafeicultura e no setor de serviços.	Preparar resposta rural, proteção ocupacional, segurança alimentar e eventual população flutuante.
Rede de saúde	Unidades e serviços distribuídos pelo território; relação nominal, CNES, autonomia e retaguarda a validar.	Classificar criticidade por unidade sem presumir quantitativos, estrutura ou capacidade não confirmados.

A organização dos agrupamentos territoriais será conduzida pela Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio da Vigilância em Saúde e da Atenção Primária, com apoio das equipes de referência dos respectivos territórios. A definição deverá considerar

a distribuição das comunidades, os registros históricos de ocorrências, as características ambientais, a localização dos serviços de saúde, as condições de acesso, a disponibilidade de água, a existência de populações vulneráveis e os possíveis impactos associados ao El Niño.

A identificação e a validação das áreas de risco, das condições de trafegabilidade, das rotas alternativas e dos demais aspectos relacionados à segurança territorial deverão contar com a participação da Defesa Civil e dos órgãos municipais competentes, respeitadas suas atribuições institucionais. As secretarias de Obras, Transporte, Meio Ambiente, Agricultura e Assistência Social, entre outras, poderão contribuir com informações complementares necessárias ao planejamento e à organização da resposta.

3. IMPACTOS MUNICIPAIS E AVALIAÇÃO DE RISCO

3.1 Repercussões sobre a saúde e os serviços essenciais

Os efeitos sanitários resultam da interação entre ameaça climática, exposição, vulnerabilidade e capacidade de resposta. O reconhecimento do agravo deve produzir uma providência operacional específica, evitando listas genéricas de doenças sem responsável, fonte de informação ou medida de proteção.

Matriz sintética de riscos sanitários e resposta requerida

EIXO DE RISCO	AGRAVOS / IMPACTOS	SINAIS DE MONITORAMENTO	RESPOSTA PRIORITÁRIA
Calor e baixa umidade	Desidratação, exaustão térmica, síncope, golpe de calor e descompensações cardiovasculares, renais ou metabólicas.	Alertas, temperatura, umidade, atendimento e pessoas com maior suscetibilidade.	Hidratação, orientação, reorganização de atividades externas, triagem e seguimento clínico.
Fumaça e incêndios	Crises asmáticas, desconforto respiratório, irritação ocular, queimaduras, acidentes e intoxicação por fumaça.	Focos, risco de propagação, direção da fumaça, sintomas e demanda assistencial.	Proteção da exposição, avaliação clínica, apoio à retirada e acionamento do CBMES quando aplicável.
Água e alimentos	DDA, gastroenterites, hepatite A, surtos de transmissão hídrica/alimentar e prejuízo às condições de higiene.	Oferta de água, análises de cloro residual, turbidez, reclamações e notificações.	Controle da potabilidade, orientação, investigação e articulação para fonte alternativa segura.
Aedes e arboviroses	Dengue, chikungunya e Zika, inclusive por reservação doméstica sem proteção.	Casos suspeitos, LIRAa, Ovitrampas (ContaOvos), imóveis e recipientes de risco.	Ações territoriais de controle, vedação de reservatórios, assistência e comunicação.
Oropouche e outras zoonoses	Oropouche associado ao maruim; febre maculosa bacteriana associada a carrapatos.	Casos, exposição ambiental, locais prováveis de infecção e alertas oficiais.	Investigação e vigilância específicas; não classificar febre maculosa como arbovirose.
Chuvas, enxurradas e lama	Trauma, afogamento, leptospirose, deslocamento, acesso interrompido e contaminação ambiental.	Alertas, vias, áreas de risco, pessoas expostas, água e atendimentos de urgência.	Acesso seguro, acolhimento, investigação, acompanhamento e integração com a Defesa Civil.
Saúde mental	Ansiedade, estresse, luto, interrupção terapêutica, perdas produtivas e insegurança alimentar.	Famílias atingidas, desabrigamento, perda econômica e demanda psicossocial.	APS, Assistência Social, conforme as necessidades identificadas.
Rede e funções críticas	Falha de água, energia, internet, climatização, oxigênio, transporte, medicamentos e rede de frio.	Autonomia das unidades, interrupções, ocupação, estoque, temperatura e rotas.	Plano de continuidade, remanejamento, retaguarda logística e decisão formal registrada.

Contaminação do solo	Exposição e intoxicação de pessoas e animais, danos à vegetação e possível contaminação de águas superficiais e subterrâneas.	Identificar a fonte e acompanhar a extensão da contaminação na área afetada e no entorno, com avaliação e coleta de amostras pelos órgãos competentes, conforme o contaminante.	Sinalizar e restringir o acesso à área; acionar os órgãos ambientais e a Vigilância em Saúde; e adotar medidas técnicas de contenção para impedir a dispersão dos contaminantes e proteger córregos, rios, nascentes e poços, com equipes capacitadas e proteção adequada.
Saúde do trabalhador	Sobrecarga térmica, exposição à fumaça, acidentes, lama, resíduos e produtos químicos.	Escalas, atividade externa, EPI, sintomas, incidentes e tarefas de risco.	Avaliação ocupacional, hidratação, pausas, equipamentos, orientação e notificação.

3.2 Populações prioritárias

Alguns grupos populacionais estão mais suscetíveis ao agravamento das condições clínicas ou à descontinuidade da assistência durante eventos relacionados ao El Niño, principalmente em situações de falta de energia elétrica, dificuldades de acesso, escassez de insumos ou limitações no transporte. Nesse contexto, as equipes de saúde deverão priorizar a identificação e o acompanhamento dessas pessoas, mantendo os dados atualizados, estabelecendo referências para atendimento e organizando previamente as ações necessárias para assegurar a continuidade da assistência.

GRUPO	DADO OPERACIONAL NECESSÁRIO	MEDIDA ANTECIPATÓRIA
Oxigenoterapia e equipamentos elétricos	Localidade, equipamento, autonomia, fornecedor, cuidador e contato.	Cilindro/retaguarda, alternativa elétrica e plano de remoção.
Acamados, PCD e mobilidade reduzida	Barreira de acesso, necessidade de apoio, veículo e cuidador.	Rota segura, transporte adequado e comunicação prévia.
Diálise e terapias inadiáveis	Agenda, serviço de referência, rota e contato assistencial.	Transporte alternativo e alinhamento com a regulação.
Gestantes, puérperas e crianças	Condição de risco, referência, idade e acesso ao serviço.	Busca ativa, hidratação, monitoramento e remoção oportuna.
Idosos e pessoas com doença crônica	Medicamentos, cuidador, fragilidade clínica e endereço restrito.	Continuidade terapêutica e orientação específica.
Saúde mental e vulnerabilidade social	Vínculo assistencial, tratamento, proteção e rede de apoio.	Acolhimento, continuidade do cuidado e articulação socioassistencial.
Trabalhadores externos e rurais	Atividade, horário, exposição, treinamento e proteção disponível.	Pausas, água, sombra, EPI e ajuste seguro de jornada.

Visitantes, população flutuante e rua	Concentração territorial, circulação, abrigo e acesso à informação.	Comunicação direcionada, água, orientação e referência de atendimento.

3.3 Papel dos ACS e ACE no enfrentamento aos impactos do El Niño

Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e os Agentes de Combate às Endemias (ACE) exercem funções essenciais na preparação e no enfrentamento dos impactos associados ao El Niño, devido à sua atuação direta nos territórios e à proximidade com a população. Os ACS possuem conhecimento sobre as famílias, suas condições de vida e demandas de saúde, auxiliando na identificação de pessoas que necessitam de acompanhamento prioritário, como idosos, crianças, gestantes, pessoas com deficiência, indivíduos acamados e usuários que dependem de tratamentos contínuos. Já os ACE contribuem por meio da identificação de condições ambientais, focos de proliferação de vetores, práticas de armazenamento de água e outros fatores que podem favorecer a disseminação de doenças.

A integração entre esses profissionais possibilita identificar precocemente alterações nas comunidades, informar as equipes de Saúde sobre situações de risco, orientar os moradores e colaborar com a busca ativa e o monitoramento dos grupos mais vulneráveis. As informações obtidas em campo deverão contribuir para o planejamento das ações da Atenção Primária à Saúde, da Vigilância em Saúde e do VIGIDESASTRES, garantindo que as medidas estabelecidas neste Plano estejam alinhadas às necessidades específicas de cada território. As atividades externas deverão ser realizadas conforme as atribuições de cada categoria profissional e as condições de segurança disponíveis, com adequação das visitas sempre que houver calor excessivo, presença de fumaça, alagamentos ou áreas sujeitas a deslizamentos.

4. MATRIZ MUNICIPAL DE CAPACIDADE INSTALADA, CONTINUIDADE E RETAGUARDA DA REDE DE SAÚDE

Esta matriz reúne e sistematiza as estruturas e os serviços públicos, organizando as informações operacionais necessárias à avaliação da capacidade de resposta do município diante de eventos climáticos e seus possíveis impactos sobre a saúde da população. São considerados, especialmente, os cenários de calor extremo e baixa umidade do ar, estiagem, incêndios florestais e exposição à fumaça, alterações no risco de transmissão de doenças vetoriais e ocorrência de chuvas intensas localizadas.

Ressalta-se que a identificação de determinado serviço ou estrutura na rede municipal não assegura, necessariamente, sua plena disponibilidade durante uma emergência. A capacidade efetiva de atendimento está condicionada a fatores como dimensionamento e disponibilidade das equipes, condições de acesso, abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica, funcionamento dos meios de comunicação, disponibilidade de insumos, transporte e existência de fluxos de encaminhamento e retaguarda assistencial devidamente formalizados. Dessa forma, a análise das capacidades municipais deverá contemplar não apenas o levantamento das estruturas, equipes, equipamentos e contratos existentes, mas também a verificação de sua operacionalidade, disponibilidade imediata e suficiência diante das demandas previstas para cada cenário de risco, de modo a subsidiar o planejamento das ações de preparação, resposta e continuidade dos serviços de saúde.

EIXO / UNIDADE / RECURSO	CAPACIDADE INSTALADA E SERVIÇOS ESTRATÉGICOS	FUNÇÃO PRIORITÁRIA NO EL NIÑO	DEPENDÊNCIAS E PONTOS CRÍTICOS	REFERÊNCIA/RETAGUARDA ASSISTENCIAL OU OPERACIONAL SE HOUVER INTERRUPÇÃO, ISOLAMENTO OU COMPROMETIMENTO
A. GOVERNANÇA, COORDENAÇÃO E COMANDO SETORIAL				
Secretaria Municipal de Saúde / Coordenação do Plano *Sede administrativa | 08h-16h*	A Direção Setorial e as gerências responsáveis pelas áreas de Apoio Administrativo; Sistemas de Informação; compras, contratos.	Compete à coordenação responsável deliberar sobre a ativação do Plano, estabelecer o nível operacional adequado, definir os serviços prioritários, coordenar a mobilização de recursos, solicitar apoio complementar, autorizar a reorganização dos serviços e determinar a desmobilização das ações, conforme a evolução do cenário e a redução dos riscos identificados.	Energia, internet, telefonia, acesso à Sede, disponibilidade dos gestores e consolidação oportuna de informações.	**Local alternativo do Posto de Comando:** Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo.
B. ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, ATENÇÃO ESPECIALIZADA, ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, REGULAÇÃO				

Policlinica Dr Nilzio José da Silva *07h-16h*	Enfermagem; coleta de exames e preventivo; consultas básicas e especializadas; saúde da mulher; telemedicina; transporte. Cadastro de prontuário/CNS; agendamento de consultas, exames laboratoriais e especializados, média e alta complexidade; almoxarifado.	Polo territorial com assitência básica e especializada; acompanhamento; regulação de acesso para agravos; notificação de pacientes e atendimento pela vigilância em saúde. Preservar autorizações e referências; reprogramar agendas; identificar terapias/exames inadiáveis; apoiar redirecionamentos.	Acesso a rede de frios; conectividade; disponibilidade de equipe ampliada.	**Retaguarda principal e alternativa fora da área afetada**: Unidade Básica de Saúde do Centro.
Hospital Municipal Nossa Senhora da Penha *Aberto 24hs*	Hospital com 23 leitos, equipe multiprofissional e atendimento médico clínico por 24 horas. Dispõe de eletrocardiograma (ECG), farmácia, lavanderia, cozinha, serviço de assistência social, regulação de acesso por meio do sistema MV e serviço próprio de remoção de pacientes; além do SAMU.	Polo municipal de triagem e estabilização de agravos por calor, fumaça, água contaminada e eventos súbitos; apoio às demais unidades.	Acesso en caso de alagamento; precariedade em infrestrutura.	**Retaguarda principal e alternativa fora da área afetada**: Conforme estabelecido na Rede Estadual de Urgência e Emergência, o Hospital Padre Máximo, localizado em Venda Nova do Imigrante, constitui referência de apoio logístico ao Hospital Municipal Nossa Senhora da Penha. Os encaminhamentos também poderão ocorrer conforme a disponibilidade de leitos e a definição da Central de Regulação de Leitos.
UBS Manoel Antonio Biancardi *07h-16h*	Unidade de Assistência Farmacêutica (UAF), dois médicos, dois enfermeiros, equipe multiprofissional, sala de vacinação, sala de curativos, atendimento por telemedicina e serviço de odontologia.	Polo territorial de atendimento ampliado, estabilização inicial, continuidade de crônicos e apoio às unidades locais.	Acesso por vias rurais; disponibilidade de profissionais no horário estendido; proximidade a área com risco de alagamento.	**Retaguarda principal e alternativa fora da área afetada**: Hospital Municipal Nossa Senhora da Penha.

Unidade de Assistência Farmacêutica *08h-16h*	Seleção, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação; REMUME; medicamentos de alto custo; componentes estratégicos; apoio descentralizado em UBS com assistência farmacêutica.	Garantir continuidade de crônicos e agravos prioritários; dimensionar consumo; distribuir estoques para unidades acessíveis; registrar perdas e solicitações.	Acesso em caso de alagamento; transporte não adequado; insuficiência de profissionais; precariedade em infrestrutura.	**Retaguarda principal e alternativa fora da área afetada para dispensação, transferência segura do estoque:** Unidade Básica de Saúde Manoel Antonio Biancardi.
C. VIGILÂNCIA EM SAÚDE E PROTEÇÃO SANITÁRIA				
Gerência de Vigilância em Saúde 07h-16h	Integra Vigilância Sanitária, Epidemiológica, Ambiental e Saúde do Trabalhador; análise permanente da situação de saúde.	Coordenar vigilância de agravos climato-sensíveis, investigações, ações de campo e produção de informes.	Conectividade; sistemas; acesso às áreas; equipe e transporte; segurança de campo; fluxo de informação das unidades.	**Retaguarda principal e alternativa fora da área afetada:** Espaço da Igreja Católica do Bairro Nicolau de Vargas.
Vigilância Epidemiológica	Notificação e monitoramento de agravos; DDA, SIM, SINASC e e-SUS VS; investigação e monitoramento de surtos; vigilância de síndromes respiratórias; busca ativa.	Detectar precocemente aumento de agravos; investigar e monitorar surtos; acompanhar síndromes respiratórias; monitorar impactos de calor, fumaça, água e vetores; fortalecer a busca ativa e a comunicação de riscos.	Conectividade e acesso aos sistemas de informação; disponibilidade de transporte; acesso às áreas e unidades de saúde; disponibilidade de insumos; capacidade técnica para investigação epidemiológica; comunicação entre os serviços.	**Retaguarda principal e alternativa fora da área afetada:** Espaço da Igreja Católica do Bairro Nicolau de Vargas.
Apoio laboratorial da Vigilância e testagem	Testagem e acompanhamento de IST; testes/notificações para doenças e agravos; interface com UBS e laboratório da Vigilância.	Apoiar no diagnóstico, notificação e investigação de agravos prioritários durante a emergência.	Estoque e validade; energia; acesso; transporte de amostras; sistemas; disponibilidade da referência.	**Retaguarda principal e alternativa fora da área afetada:** Espaço da Igreja Católica do Bairro Nicolau de Vargas.
Vigilância Ambiental, controle vetorial/zoonoses e Vigiagua	Visitas domiciliares/de campo; controle de vetores; termonebulizador/carro fumacê; vacinação antirrábica; ocorrências ambientais; coleta e monitoramento da água.	Intensificar vigilância vetorial; orientar armazenamento de água; avaliar água de consumo; responder a alterações ambientais e animais peçonhentos.	Clima e segurança de campo; vias; veículos; EPIs; combustível; insumos; laboratório; comunicação e acesso a imóveis.	**Retaguarda principal e alternativa fora da área afetada:** Espaço da Igreja Católica do Bairro Nicolau de Vargas.

Vigilância Sanitária - VISA	Atendimento, apuração de ocorrências e fiscalização sanitária; atuação sobre água, alimentos, serviços e estabelecimentos conforme competência.	Avaliar unidades, abrigos, água, alimentos, resíduos e estabelecimentos afetados; orientar medidas sanitárias e funcionamento seguro.	Acesso e segurança; veículo; equipamentos; equipe; comunicação; suporte laboratorial e administrativo.	**Retaguarda principal e alternativa fora da área afetada:** Espaço da Igreja Católica do Bairro Nicolau de Vargas.
Vigilância em Saúde do Trabalhador - VISAT	Investigação e monitoramento de acidentes de trabalho; atendimento, notificação, busca ativa e ações educativas.	Proteger trabalhadores expostos ao calor, fumaça e resposta; monitorar acidentes e recomendar medidas de segurança.	Segurança da área; acesso; equipe; EPIs; comunicação e articulação com empregadores/órgãos.	**Retaguarda principal e alternativa fora da área afetada:** Espaço da Igreja Católica do Bairro Nicolau de Vargas.
D. TRANSPORTE SANITÁRIO, FROTA E LOGÍSTICA MÓVEL				
Gerência de Transporte da Saúde 07h-16h	Coordena transporte de usuários, servidores, materiais e insumos; controla combustível, manutenção, documentação e motoristas	Priorizar remoções e terapias inadiáveis; garantir mobilidade de equipes, amostras, medicamentos, imunobiológicos e insumos	Condição das vias; combustível; motoristas; manutenção; comunicação; bloqueios e tempo de viagem.	**Retaguarda principal e alternativa fora da área afetada:** Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo
Ambulâncias e veículos de remoção ***Quantidade: 2***	Categoria necessária à remoção sanitária.	Remover pacientes críticos e pessoas que não podem aguardar, conforme regulação e segurança das rotas	Via liberada; equipe habilitada; oxigênio/equipamentos; combustível; manutenção e hospital de destino.	**Retaguarda principal e alternativa fora da área afetada:** Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo
Vans, micro-ônibus e veículos de transporte eletivo **Ambulância para transporte eletivo: 2** **Micro-ônibus: 2**	Transporte sanitário para consultas/exames fora do município.	Manter terapias inadiáveis e deslocamentos prioritários; apoiar evacuação apenas sob coordenação competente e condições seguras	Vias; calor interno; motorista; combustível; destino em funcionamento; duração da viagem.	**Retaguarda principal e alternativa fora da área afetada:** Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo.

Automóveis leves para equipes, visitas e busca ativa ***Quantidade:***	Uso esperado por APS, Vigilância e gestão;	Levar equipes a territórios acessíveis e seguros; busca ativa; avaliação de unidades; distribuição leve.	Vias rurais; fumaça/chuva; habilitação; combustível; comunicação; segurança da equipe.	**Retaguarda principal e alternativa fora da área afetada:** Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo

5. ESTÁGIOS OPERACIONAIS, AÇÕES E RESPONSÁVEIS

Este conjunto organiza a atuação permanente e multirrisco da Secretaria Municipal de Saúde diante de desastres hidrometeorológicos. Abrange preparação, monitoramento, alerta, resposta, crise e recuperação, preservando a continuidade do SUS municipal e as interfaces intersetoriais que deverão ser pactuadas.

ORIENTAÇÕES PARA UTILIZAÇÃO: Cada setor deverá proceder à validação das ações sob sua responsabilidade, designar um responsável titular e um suplente, identificar e comunicar eventuais limitações operacionais e confirmar os instrumentos e registros utilizados para o acompanhamento das atividades. As articulações com órgãos e instituições externas deverão ser previamente estabelecidas e pactuadas, respeitando-se as atribuições legais e as competências institucionais de cada entidade, sem que tais articulações impliquem transferência de responsabilidades.

5.1 Referência cromática dos estágios operacionais

NORMALIDADE	MOBILIZAÇÃO	ALERTA
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	CRISE	RECUPERAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO

Estrutura dos quadros

Os quadros operacionais estão organizados por componente da Secretaria Municipal de Saúde e apresentam as ações a serem desenvolvidas de forma progressiva, conforme a evolução do cenário de risco e a necessidade de resposta. Para cada componente, são estabelecidos os estágios de Normalidade, Mobilização, Alerta, Situação de Emergência, Crise, Recuperação e Desmobilização, contemplando as medidas de preparação, resposta e restabelecimento dos serviços.

A transição entre os estágios operacionais deverá ser definida a partir da análise integrada dos alertas emitidos pelos órgãos oficiais, da ocorrência efetiva dos eventos, dos impactos identificados sobre a saúde da população e da capacidade operacional remanescente da rede municipal. Essa avaliação deverá subsidiar a tomada de decisão, a priorização das ações e a adequação dos recursos disponíveis às necessidades de cada momento.

O conjunto de quadros traduz a organização da Secretaria Municipal de Saúde para o enfrentamento dos cenários prioritários associados aos efeitos do fenômeno El Niño, considerando os riscos decorrentes de calor extremo e baixa umidade do ar; estiagem prolongada e redução da disponibilidade hídrica; incêndios, queimadas e exposição à fumaça; alterações na distribuição e no comportamento de vetores; além de

chuvas intensas localizadas, enxurradas e movimentos de massa.

A progressão entre os estágios deverá ser orientada pela análise integrada dos alertas oficiais, da ocorrência e evolução dos eventos, dos impactos identificados sobre a saúde da população e da capacidade operacional disponível para a manutenção dos serviços e o atendimento às demandas emergenciais.

GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / COORDENAÇÃO DO PLANO DO EL-NIÑO	
ESTÁGIOS OPERACIONAIS	**AÇÕES**
NORMALIDADE	Manter o Plano para o Enfrentamento dos Impactos do El Niño atualizado, contemplando os cenários de calor extremo e baixa umidade do ar, estiagem, incêndios e exposição à fumaça, alterações no risco de transmissão de doenças vetoriais e ocorrência de chuvas intensas localizadas. Realizar a revisão periódica da capacidade instalada dos serviços, verificando a autonomia dos sistemas de abastecimento de água e energia elétrica, a disponibilidade de estoques e insumos essenciais, as referências assistenciais, as rotas de acesso e transporte, os canais de comunicação e a definição dos responsáveis titulares e suplentes de cada setor.
MOBILIZAÇÃO	Diante da atualização das previsões climáticas ou da identificação de condições sazonais desfavoráveis, comunicar as chefias e orientar a realização de checklist de prontidão pelas gerências, setores e unidades de saúde, a fim de verificar as condições de funcionamento e a capacidade de resposta dos serviços. Avaliar a necessidade de antecipação de aquisições, manutenção preventiva de equipamentos e estruturas, revisão de contratos e implementação de medidas de proteção dos serviços essenciais, visando reduzir vulnerabilidades e assegurar a continuidade da assistência à população.
ALERTA	Identificar o cenário de risco predominante e avaliar a ocorrência de impactos simultâneos ou associados, autorizando, quando necessário, a ativação parcial da Sala de Situação para o acompanhamento e a coordenação das medidas de resposta. Promover o posicionamento antecipado de recursos estratégicos, adequar agendas e jornadas de trabalho conforme a demanda, e estabelecer o alinhamento dos fluxos de comunicação entre as áreas técnicas da Secretaria Municipal de Saúde e os órgãos e instituições parceiros, visando assegurar maior agilidade e integração na atuação.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	Coordenar, por meio da Direção da Secretaria Municipal de Saúde e em articulação com as gerências e setores envolvidos, as ações de resposta aos impactos do El Niño, assegurando a continuidade dos serviços essenciais, a integração entre vigilância e assistência e o acompanhamento das demandas emergenciais. Autorizar remanejamentos de recursos e medidas de contingência, avaliar e formalizar solicitações de apoio aos órgãos competentes e assegurar o registro das decisões, dos atendimentos realizados, dos danos identificados e das despesas decorrentes das ações de resposta.
CRISE	Concentrar a coordenação das ações na Direção da Secretaria Municipal de Saúde, com participação das gerências e áreas técnicas envolvidas, diante da ocorrência simultânea de múltiplos cenários de risco, do comprometimento de serviços essenciais ou da insuficiência da capacidade municipal de resposta. Estabelecer como prioridades a preservação da vida, a garantia do acesso à água segura, a manutenção dos atendimentos de urgência e emergência, o abastecimento de medicamentos e insumos essenciais, a preservação da rede de frio, a continuidade do transporte sanitário indispensável e a articulação para obtenção de apoio regional e estadual.
RECUPERAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	Promover a desmobilização gradual das medidas de resposta, mediante avaliação da redução sustentada dos indicadores de risco e do restabelecimento das condições de funcionamento da rede municipal de saúde, assegurando o retorno seguro e progressivo às rotinas habituais dos serviços. Realizar a avaliação dos impactos e das ações desenvolvidas durante o ciclo climático 2026–2027, identificar as fragilidades e oportunidades de melhoria, providenciar a reposição dos recursos utilizados e elaborar um plano de aprimoramento das medidas de preparação e resposta. Incorporar os resultados dessa avaliação à revisão

	periódica do Plano, visando ao fortalecimento da capacidade de adaptação e à redução das vulnerabilidades da rede municipal de saúde diante de futuros eventos climáticos.

GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE / PONTO FOCAL DO EL NIÑO	
ESTÁGIOS OPERACIONAIS	**AÇÕES**
NORMALIDADE	Acompanhar continuamente as previsões meteorológicas e os alertas emitidos pelos órgãos oficiais, considerando indicadores de temperatura, umidade do ar, precipitação, estiagem, focos de calor, qualidade do ar e da água, condições de proliferação de vetores e evolução da demanda assistencial. Manter atualizado o painel de monitoramento dos cinco cenários de risco prioritários, contemplando a identificação das populações mais vulneráveis, das áreas suscetíveis a eventos climáticos, das unidades de saúde potencialmente expostas e da capacidade operacional disponível na rede municipal.
MOBILIZAÇÃO	Analisar os boletins meteorológicos e epidemiológicos, acompanhar as alterações nas tendências climáticas e avaliar seus possíveis efeitos sobre a saúde da população, subsidiando a gestão na definição do estágio operacional adequado e na identificação dos setores e serviços que deverão ser mobilizados. Verificar e consolidar as condições de prontidão dos serviços essenciais, incluindo o abastecimento de água e energia elétrica, a disponibilidade da frota e do transporte sanitário, a conservação da rede de frio, os estoques de medicamentos e insumos, a capacidade laboratorial, a disponibilidade das equipes e o funcionamento dos meios de comunicação, identificando possíveis vulnerabilidades e indicando medidas preventivas.
ALERTA	Intensificar o monitoramento do cenário de risco predominante e de seus possíveis efeitos associados sobre os demais setores e serviços de saúde, considerando a evolução dos impactos climáticos e suas repercussões sobre a população. Elaborar e divulgar informes situacionais periódicos, subsidiando a gestão na tomada de decisões e na definição das medidas de resposta necessárias. Convocar as áreas técnicas envolvidas, estabelecer a periodicidade de atualização e compartilhamento das informações e preparar a mobilização coordenada dos setores da Secretaria Municipal de Saúde, avaliando a necessidade de instituir uma estrutura temporária de coordenação para o acompanhamento e o gerenciamento da situação.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	Integrar e analisar as informações climáticas, ambientais, epidemiológicas, assistenciais e logísticas, de modo a subsidiar a tomada de decisões da gestão e orientar a organização das ações de resposta dos setores e serviços da Secretaria Municipal de Saúde, conforme a evolução dos impactos identificados. Elaborar e atualizar Informes de Situação, registrando as unidades de saúde, comunidades e populações afetadas, os danos identificados, as necessidades assistenciais e as limitações operacionais. Comunicar as demandas que excedam a capacidade municipal de resposta ao Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde do Espírito Santo (CIEVS/ES) e à Secretaria de Estado da Saúde (SESA), conforme os fluxos institucionais estabelecidos, visando à articulação e à obtenção de apoio técnico e operacional.
CRISE	Manter o monitoramento contínuo e atualizado dos indicadores prioritários, subsidiando a tomada de decisões da gestão diante da ocorrência simultânea ou combinada de eventos como calor extremo, exposição à fumaça, escassez hídrica, aumento de casos de doenças e eventos hidrológicos. Avaliar os impactos sobre a saúde da população e a capacidade operacional dos serviços, orientando a definição de prioridades e a adoção de medidas de resposta compatíveis com a complexidade da situação. Organizar a rotina de monitoramento conforme a intensidade e a duração do evento, estabelecendo turnos de acompanhamento, fluxos de atualização das informações e mecanismos de comunicação entre os setores envolvidos. Identificar e formalizar as necessidades de apoio técnico, assistencial e operacional junto aos órgãos regionais e

	estaduais competentes, sempre que as demandas ultrapassarem a capacidade de resposta municipal.
RECUPERAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	Acompanhar a evolução dos efeitos tardios dos eventos climáticos sobre a saúde da população, com atenção especial à ocorrência de agravos respiratórios, renais, relacionados à qualidade e à disponibilidade da água, doenças de transmissão vetorial e impactos psicossociais. Manter o monitoramento dos indicadores de saúde e da demanda assistencial, identificando possíveis repercussões persistentes e necessidades de acompanhamento pelas equipes da rede municipal. Consolidar os resultados das ações desenvolvidas durante o período de enfrentamento do El Niño, avaliar os impactos registrados e identificar fragilidades e oportunidades de aprimoramento. Revisar os critérios de acionamento dos estágios operacionais, os mapas de risco, a capacidade de resposta dos serviços e as medidas específicas de preparação e adaptação, incorporando os aprendizados à atualização periódica do Plano Municipal.

COMUNICAÇÃO EM SAÚDE	
ESTÁGIOS OPERACIONAIS	**AÇÕES**
NORMALIDADE	Elaborar e manter atualizadas mensagens de comunicação de risco específicas para os diferentes cenários climáticos, contemplando orientações sobre calor extremo e baixa umidade do ar, consumo e armazenamento seguro da água, exposição à fumaça, prevenção de arboviroses e medidas de proteção diante de chuvas intensas. Estabelecer e manter canais de comunicação com a população e os atores comunitários, definindo os fluxos de elaboração, validação técnica, divulgação e atualização das orientações oficiais.
MOBILIZAÇÃO	Revisar e atualizar as mensagens de comunicação de risco conforme a evolução das previsões climáticas e dos alertas oficiais, orientando os serviços de saúde, as lideranças comunitárias e os demais atores envolvidos quanto à adoção antecipada de medidas preventivas e de proteção à população. Monitorar dúvidas e rumores relacionados ao fenômeno e aos serviços públicos.
ALERTA	Divulgar orientações oficiais à população sobre o cenário de risco identificado, incluindo os períodos de maior exposição, os sinais de alerta que exigem atendimento, os serviços de saúde disponíveis e os canais institucionais para obtenção de informações e solicitação de assistência. Alinhar alertas territoriais com a gestão e os órgãos competentes, sem divulgar rotas ou interdições não validadas.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	Atualizar e divulgar, de forma oportuna, informações sobre o funcionamento das unidades de saúde, os pontos de atendimento disponíveis e as orientações de proteção relacionadas à qualidade da água, à exposição à fumaça, à prevenção de doenças transmitidas por vetores e aos cuidados necessários após episódios de chuva intensa, enxurradas ou contato com lama. Monitorar a circulação de informações falsas ou imprecisas, promover esclarecimentos com base em fontes oficiais e ajustar a linguagem, os recursos de acessibilidade, a frequência das publicações e os canais de divulgação
CRISE	Priorizar a divulgação de orientações essenciais à população, utilizando os canais de comunicação que permaneçam operacionais e assegurando a continuidade do fluxo de informações oficiais. Comunicar, de forma objetiva e transparente, as limitações operacionais dos serviços, as necessidades identificadas e as solicitações de apoio encaminhadas aos órgãos competentes.
RECUPERAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	Divulgar orientações à população sobre o retorno seguro às residências após a ocorrência de eventos climáticos, contemplando os cuidados na limpeza e desinfecção de ambientes atingidos, o consumo e o armazenamento seguro da água, a higienização e a conservação dos alimentos, a atenção à saúde mental e o reconhecimento de sinais e sintomas que indiquem a necessidade de atendimento nos serviços de saúde. Avaliar o alcance e a efetividade das ações de comunicação realizadas durante o ciclo do El Niño, considerando as dúvidas mais frequentes, as dificuldades de acesso às

	informações e as necessidades identificadas entre os públicos atingidos.

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
ESTÁGIOS OPERACIONAIS	**AÇÕES**
NORMALIDADE	Estabelecer e manter atualizada a linha de base dos agravos potencialmente associados aos eventos climáticos, incluindo doenças relacionadas ao calor e à desidratação, agravos respiratórios, doenças de transmissão hídrica e alimentar, leptospirose, arboviroses, intoxicações decorrentes da exposição à fumaça e óbitos possivelmente relacionados a esses eventos. Revisar os fluxos de notificação, investigação epidemiológica e busca ativa.
MOBILIZAÇÃO	Intensificar as ações preparatórias de vigilância epidemiológica conforme as previsões climáticas e os riscos identificados, priorizando o monitoramento de agravos relacionados ao calor e à desidratação, doenças respiratórias, doenças diarreicas, arboviroses e ocorrências associadas a chuvas intensas, enxurradas e alagamentos. Verificar oportunidade dos dados e alertar APS, urgência, hospital e laboratório.
ALERTA	Implantar o monitoramento diário ou com periodicidade definida conforme a intensidade do risco, acompanhando atendimentos, notificações, internações, casos graves e óbitos relacionados aos cenários identificados. Priorizar a busca ativa e o acompanhamento epidemiológico em territórios e grupos populacionais mais vulneráveis.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	Intensificar a investigação epidemiológica de casos, surtos e óbitos potencialmente relacionados aos eventos climáticos, considerando a distribuição temporal e territorial das ocorrências e sua possível associação com calor extremo, exposição à fumaça, comprometimento da qualidade da água, proliferação de vetores ou ocorrência de chuvas intensas.
CRISE	Concentrar os esforços de vigilância na investigação de casos graves, surtos, óbitos e territórios com aumento expressivo de ocorrências, priorizando as situações com maior potencial de agravamento e disseminação. Avaliar a necessidade de apoio técnico, epidemiológico e laboratorial regional ou estadual quando a demanda ultrapassar a capacidade municipal. Operar coleta simplificada quando necessário e manter comunicação imediata com CIEVS/ES.
RECUPERAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	Manter a vigilância epidemiológica durante o período posterior ao evento, acompanhando a ocorrência de agravos tardios, concluindo as investigações pendentes e comparando os indicadores registrados com a linha de base, a fim de avaliar a evolução e a persistência dos impactos sobre a saúde da população. Documentar efeitos do El Niño e propor revisão de protocolos e gatilhos para o próximo ciclo sazonal.

VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE / VIGIAGUA / VIGIAR / VIGISOLO	
ESTÁGIOS OPERACIONAIS	**AÇÕES**
NORMALIDADE	Mapear e manter atualizadas as informações sobre os sistemas de abastecimento de água, fontes alternativas de captação, reservatórios e capacidade de autonomia hídrica dos serviços essenciais. e manter plano de amostragem e insumos para água segura. Acompanhar baixa umidade, focos de calor, fumaça, qualidade do ar e territórios mais expostos.

MOBILIZAÇÃO	Verificar possíveis interrupções no abastecimento de água, necessidade de rodízio, níveis de reservação e disponibilidade de fontes alternativas, bem como acompanhar a evolução dos focos de calor, a deterioração da qualidade do ar e os riscos de contaminação ambiental nas áreas potencialmente afetadas.
ALERTA	Intensificar o monitoramento da qualidade da água para consumo humano, priorizando os parâmetros de cloro residual, turbidez e indicadores microbiológicos, conforme o risco identificado e os protocolos sanitários aplicáveis
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	Avaliar, conforme a natureza e a extensão do evento, os riscos à qualidade da água, à integridade do solo e às condições ambientais nas áreas atingidas, emitindo orientações técnicas sobre restrições de uso, tratamento, limpeza, desinfecção e medidas de proteção da população, quando necessárias.
CRISE	Priorizar as ações destinadas a assegurar o acesso à água potável nas unidades de saúde e aos grupos populacionais em situação de maior vulnerabilidade, articulando apoio técnico, laboratorial, fornecimento de insumos ou abastecimento emergencial junto aos órgãos responsáveis, conforme a necessidade identificada.
RECUPERAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	Manter o monitoramento e a coleta de amostras de água e outros parâmetros ambientais pertinentes até que as condições de segurança sejam restabelecidas, conforme os critérios técnicos aplicáveis. Reavaliar as fontes de abastecimento, atualizar os cadastros e os registros das áreas afetadas e documentar as medidas corretivas implementadas.

ARBOVIROSES, ZOONOSES E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE	
ESTÁGIOS OPERACIONAIS	**AÇÕES**
NORMALIDADE	Manter atualizados os indicadores entomológicos, o monitoramento por ovitrampas, os registros de pontos estratégicos e os mapas de risco, considerando possíveis alterações nas condições climáticas, como calor intenso, irregularidade das chuvas e maior armazenamento de água pela população. Planejar ações preventivas e de controle vetorial de acordo com as características dos territórios e os riscos identificados.
MOBILIZAÇÃO	Reavaliar os indicadores entomológicos e epidemiológicos, a ocorrência de casos suspeitos ou confirmados de doenças transmitidas por vetores, as condições de armazenamento de água e a presença de criadouros, especialmente em áreas afetadas por estiagem, chuvas irregulares ou alterações ambientais. Conferir equipe, EPI, insumos, rotas e integração com VE e APS.
ALERTA	Intensificar as visitas domiciliares, o monitoramento por ovitrampas, as inspeções em pontos estratégicos e as ações de orientação à população nos territórios com aumento dos indicadores de infestação ou maior probabilidade de transmissão de doenças. Reforçar as medidas de prevenção e controle vetorial, orientando os moradores sobre a eliminação de recipientes que acumulem água, a vedação adequada dos reservatórios, a adoção de barreiras físicas e outras medidas preventivas recomendadas pelos protocolos vigentes.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	Executar ações de bloqueio e controle vetorial conforme os protocolos técnicos vigentes, direcionando e reorganizando as equipes de ACE de acordo com a distribuição dos casos, os indicadores de infestação e as áreas com maior risco de transmissão. Monitorar roedores, carrapatos, animais sinantrópicos e peçonhentos quando o cenário ambiental indicar aumento de risco.
CRISE	Concentrar as ações de vigilância e controle nos territórios com maior transmissão, infestação ou persistência de focos, priorizando áreas vulneráveis e locais com potencial de agravamento do risco sanitário. Avaliar a necessidade de solicitar reforço de equipes, insumos, equipamentos e apoio técnico aos setores e órgãos competentes.

RECUPERAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	Reavaliar os indicadores entomológicos e epidemiológicos, a cobertura das ações realizadas e a persistência de focos, mantendo as medidas de vigilância e controle até que seja observada redução sustentada do risco, conforme os critérios técnicos aplicáveis. Atualizar o mapa vetorial e registrar alterações territoriais associadas ao ciclo do El Niño.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA - VISA	
ESTÁGIOS OPERACIONAIS	**AÇÕES**
NORMALIDADE	Manter atualizados os checklists de inspeção e avaliação sanitária das unidades de saúde, sistemas de abastecimento e reservação de água, locais de armazenamento e comercialização de alimentos, abrigos temporários, sistemas de manejo de resíduos, ambientes com climatização e ventilação, além de outros estabelecimentos considerados prioritários. Orientar previamente sobre reservação segura de água, conservação de alimentos e funcionamento em calor, fumaça ou falta de água.
MOBILIZAÇÃO	Identificar e priorizar unidades de saúde, estabelecimentos e locais de acolhimento com maior vulnerabilidade aos impactos climáticos, considerando as condições sanitárias, a disponibilidade de água, a conservação de alimentos, a ventilação e a capacidade de manter as atividades essenciais. Alinhar avaliação com Vigiagua, Vigisolo, VE, APS e responsáveis pelos locais.
ALERTA	Intensificar a avaliação das condições sanitárias da água para consumo humano, dos alimentos, dos locais de armazenamento, da ventilação, do manejo de resíduos e da continuidade dos serviços em estabelecimentos sob ameaça de comprometimento pelas condições climáticas.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	Realizar inspeções sanitárias nos locais afetados, adotando medidas compatíveis com a gravidade e a natureza dos riscos identificados, com prioridade para a segurança da água e dos alimentos, as condições de higiene e a continuidade dos serviços essenciais.
CRISE	Priorizar situações que representem risco sanitário iminente à população, especialmente aquelas relacionadas à água imprópria para consumo, alimentos contaminados, condições inadequadas de higiene, falhas no manejo de resíduos e comprometimento das condições de funcionamento dos estabelecimentos.
RECUPERAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	Avaliar as condições sanitárias para a retomada segura das atividades nos estabelecimentos afetados, acompanhando as adequações necessárias, os danos identificados e a destinação adequada de alimentos, insumos e outros produtos comprometidos pela exposição ao calor, à água, à fumaça ou à interrupção das condições de conservação.

VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR - VISAT	
ESTÁGIOS OPERACIONAIS	**AÇÕES**
NORMALIDADE	Identificar e mapear os trabalhadores expostos a riscos ocupacionais relacionados às condições climáticas e ambientais, incluindo exposição direta ao sol, calor intenso, baixa umidade do ar, fumaça, agrotóxicos, lama, áreas potencialmente contaminadas e deslocamentos por trajetos sujeitos a riscos.
MOBILIZAÇÃO	Reforçar as orientações às chefias e aos responsáveis pelas equipes quanto à prevenção de riscos ocupacionais, verificando a disponibilidade de água potável, EPI, locais apropriados para descanso e condições para adequação dos horários das atividades externas, conforme a previsão climática e as características do território.
ALERTA	Recomendar a adequação dos horários e da jornada de trabalho, a ampliação das pausas e a suspensão temporária de atividades externas nos períodos ou locais em que as condições ambientais representem risco à segurança dos trabalhadores.

SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	Intensificar o acompanhamento das exposições ocupacionais, dos acidentes e dos agravos à saúde relacionados ao evento climático, orientando as medidas necessárias de proteção, afastamento temporário das atividades de risco e encaminhamento para avaliação e assistência à saúde, quando indicado.
CRISE	Priorizar a proteção dos trabalhadores envolvidos em atividades essenciais, com atenção à fadiga, à desidratação, à exposição acumulada ao calor e à fumaça e aos riscos de contaminação ambiental. Avaliar a necessidade de reforço ou remanejamento de pessoal, de modo a preservar a continuidade dos serviços sem comprometer a saúde e a segurança das equipes.
RECUPERAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	Acompanhar os trabalhadores expostos durante o evento, observando a ocorrência de possíveis efeitos tardios à saúde e assegurando os encaminhamentos necessários para avaliação, acompanhamento e registro dos agravos identificados.

VIGILÂNCIA EM SAÚDE DE POPULAÇÕES EXPOSTAS A AGROTÓXICOS E SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS	
ESTÁGIOS OPERACIONAIS	**AÇÕES**
NORMALIDADE	Mapear depósitos de produtos químicos, propriedades rurais, rotas de transporte e fontes de água com potencial de contaminação decorrente de estiagem, incêndios, enxurradas, erosão ou movimentos de massa. Identificar áreas agrícolas e comunidades com maior vulnerabilidade à exposição a agrotóxicos e outras substâncias perigosas, considerando as características ambientais e as atividades desenvolvidas no território.
MOBILIZAÇÃO	Verificar a existência de situações que possam aumentar o risco de exposição a substâncias químicas, como incêndios, fumaça, vazamentos, volatilização de produtos, armazenamento inadequado e transporte de contaminantes para o solo e os recursos hídricos em decorrência de chuvas intensas ou alterações na disponibilidade de água.
ALERTA	Intensificar a vigilância de casos suspeitos de intoxicação exógena e identificar trabalhadores, moradores e demais grupos potencialmente expostos a substâncias químicas, priorizando áreas próximas a depósitos, propriedades agrícolas, locais de armazenamento e fontes de água sob risco de contaminação.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	Investigar as exposições suspeitas ou confirmadas, identificar as possíveis fontes de contaminação e orientar a população e os trabalhadores sobre medidas imediatas de proteção, afastamento da área de risco e procura por atendimento de saúde, conforme a natureza e a gravidade da exposição.
CRISE	Priorizar a identificação e o atendimento de exposições graves, ocorrências coletivas e situações com potencial de disseminação de contaminantes, solicitando apoio técnico especializado e reforço operacional aos órgãos de referência quando a capacidade municipal for insuficiente.
RECUPERAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	Manter o acompanhamento dos casos de intoxicação e de possíveis efeitos tardios à saúde, conforme indicação técnica, além de monitorar as áreas com suspeita ou confirmação de contaminação até que existam condições seguras para a retomada das atividades e dos usos afetados.

PROGRAMA MUNICIPAL DE IMUNIZAÇÕES / REDE DE FRIO	
ESTÁGIOS OPERACIONAIS	**AÇÕES**
NORMALIDADE	Manter atualizados e aplicar os procedimentos de contingência da Rede de Frio para situações de eventos climáticos extremos associados ao El Niño, assegurando a verificação periódica dos equipamentos de refrigeração, fontes alternativas de energia, baterias, caixas térmicas, bobinas reutilizáveis, meios de transporte e contatos dos responsáveis pela conservação e movimentação dos imunobiológicos. Manter vacinação de rotina e busca de não vacinados, conforme o calendário e

	orientações do PNI/NEI.
MOBILIZAÇÃO	Intensificar o monitoramento das temperaturas dos equipamentos de conservação dos imunobiológicos e das condições de fornecimento de energia elétrica durante períodos de calor intenso, tempestades ou previsão de interrupções no abastecimento, observando os protocolos técnicos da Rede de Frio.
ALERTA	Preparar e, quando necessário, realizar a transferência preventiva dos imunobiológicos diante de risco concreto de comprometimento das condições de conservação, como falha de equipamentos, interrupção prolongada de energia ou ameaça às instalações da unidade.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	Adotar medidas imediatas para proteger a Rede de Frio e preservar a qualidade dos imunobiológicos, providenciando, quando indicado, a transferência para unidades seguras e previamente definidas. Manter o controle das temperaturas, os registros de movimentação e a rastreabilidade dos produtos transferidos. Avaliar situação vacinal e a necessidade de medidas de vacinação ou profilaxia indicada em pessoas expostas a enchentes, ferimentos ou deslocamento, conforme protocolos.
CRISE	Priorizar a manutenção das ações de vacinação essenciais, considerando a disponibilidade de imunobiológicos, as condições operacionais das unidades e as necessidades da população. Solicitar à instância estadual responsável pela imunização o apoio necessário para reposição de imunobiológicos, disponibilização de equipamentos, transporte ou suporte técnico, conforme a necessidade identificada. Não instituir vacinação extraordinária sem orientação formal do PNI/NEI.
RECUPERAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	Restabelecer as condições regulares de funcionamento da Rede de Frio, verificar a estabilidade dos equipamentos e documentar as ocorrências, as possíveis perdas, as avaliações técnicas, as reposições realizadas e as medidas corretivas adotadas. Retomar ou ampliar as atividades de vacinação conforme a capacidade operacional das unidades e as necessidades identificadas, recuperando oportunidades vacinais perdidas durante o período de contingência. Realizar avaliação pós-evento, registrando intercorrências e oportunidades de melhoria.

LABORATÓRIO MUNICIPAL / APOIO DIAGNÓSTICO E TRANSPORTE DE AMOSTRAS	
ESTÁGIOS OPERACIONAIS	**AÇÕES**
NORMALIDADE	Definir exames e amostras prioritários para arboviroses, doenças hídricas, leptospirose, intoxicação por fumaça e outros agravos do El Niño. Manter contingência de água, energia, climatização, reagentes, sistemas, biossegurança e transporte ao LACEN/ES.
MOBILIZAÇÃO	Conferir insumos, equipamentos e rotas e adequar estoque aos riscos epidemiológicos e ambientais previstos. Confirmar comunicação com pontos de coleta e referências.
ALERTA	Priorizar coletas relacionadas ao cenário ativo e reservar materiais e transporte. Orientar unidades sobre cadastro, acondicionamento e fluxo contingencial.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	Processar ou encaminhar amostras oportunamente e informar resultados críticos à assistência e vigilância. Registrar atrasos e perdas causados por calor, falta de energia, água ou interrupção de vias.

CRISE	Concentrar capacidade nos exames essenciais e solicitar apoio ao LACEN/ES ou rede regional. Ativar conservação e registro contingenciais quando sistemas ou infraestrutura estiverem comprometidos.
RECUPERAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	Repor insumos, regularizar filas e consolidar o perfil laboratorial do evento. Revisar estoque, rotas e critérios de prioridade para o próximo período crítico.

ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE / ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA / ACS	
ESTÁGIOS OPERACIONAIS	**AÇÕES**
NORMALIDADE	Identificar e manter atualizados os registros territoriais de pessoas e famílias em situação de maior vulnerabilidade aos impactos do El Niño, incluindo idosos, crianças, gestantes, pessoas acamadas, pessoas com deficiência, indivíduos com doenças crônicas, trabalhadores expostos a riscos ambientais e famílias com restrições de acesso à água potável, aos serviços de saúde ou às vias de deslocamento.
MOBILIZAÇÃO	Intensificar as ações de busca ativa e orientação preventiva nos territórios prioritários, confirmando a situação dos usuários que dependem de acompanhamento contínuo, uso regular de medicamentos, hidratação assistida, transporte sanitário ou apoio de familiares e cuidadores.
ALERTA	Intensificar a busca ativa e o acompanhamento de pessoas e famílias vulneráveis, com atenção aos sinais de desidratação, agravamento de doenças respiratórias, febre, sintomas compatíveis com doenças de transmissão hídrica ou arboviroses e interrupção de tratamentos contínuos.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	Realizar o acolhimento, a avaliação e o manejo inicial dos agravos relacionados ao cenário climático, garantindo estabilização e encaminhamento para serviços de maior complexidade quando necessário, conforme os fluxos assistenciais estabelecidos
CRISE	Concentrar as equipes em unidades e pontos de atendimento que ofereçam condições adequadas de segurança, priorizando casos graves, pessoas dependentes de cuidados contínuos e usuários com maior risco de agravamento. Avaliar a necessidade de remanejamento de profissionais, reorganização dos fluxos assistenciais e solicitação de reforço aos serviços e órgãos competentes.
RECUPERAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	Realizar busca ativa de pessoas afetadas pelo evento e de usuários que tenham perdido consultas, procedimentos ou acompanhamentos, identificando necessidades de assistência e possíveis agravamentos tardios à saúde. Retomar progressivamente as atividades essenciais e regularizar os atendimentos pendentes, conforme a capacidade operacional das unidades.

ATENÇÃO ESPECIALIZADA / REGULAÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO	
ESTÁGIOS OPERACIONAIS	**AÇÕES**
NORMALIDADE	Estabelecer e manter atualizados os procedimentos para garantir a continuidade dos atendimentos especializados, consultas, exames e procedimentos essenciais, com atenção aos usuários mais vulneráveis aos efeitos do calor intenso, da fumaça, da desidratação, das arboviroses e de possíveis interrupções no transporte sanitário ou no acesso aos serviços de saúde.
MOBILIZAÇÃO	Verificar as condições de funcionamento dos serviços especializados e de referência, a disponibilidade de profissionais, equipamentos, vagas, transporte sanitário e demais recursos necessários à manutenção dos atendimentos. Identificar pacientes que apresentem maior risco de agravamento em caso de interrupção de consultas, exames, procedimentos ou tratamentos.

ALERTA	Priorizar os atendimentos inadiáveis e os usuários em situação de maior vulnerabilidade, adequando as agendas conforme a evolução do risco climático, as condições de acesso e a capacidade operacional dos serviços. Comunicar oportunamente aos pacientes e às unidades de origem as alterações de horários, locais ou fluxos de atendimento, informando as orientações necessárias para evitar deslocamentos desnecessários.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	Organizar a regulação dos atendimentos conforme a gravidade clínica, a urgência, a vulnerabilidade dos usuários e os riscos decorrentes da interrupção do cuidado. Redistribuir a demanda entre os serviços disponíveis, quando necessário, e assegurar a continuidade dos procedimentos essenciais em locais que apresentem condições adequadas de segurança e funcionamento.
CRISE	Adotar critérios extraordinários de priorização dos atendimentos, conforme avaliação técnica e clínica, concentrando os recursos disponíveis nos casos críticos e nos usuários com maior risco de agravamento. Solicitar apoio regional para encaminhamento de pacientes, disponibilização de vagas e atendimento de demandas que ultrapassem a capacidade municipal. Manter comunicação única com unidades, referências e transporte.
RECUPERAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	Reprogramar consultas, exames e procedimentos suspensos ou adiados durante o evento, priorizando os usuários cujo acompanhamento tenha sido interrompido e aqueles que apresentem agravamento clínico ou maior risco em decorrência do atraso assistencial.

URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E SAMU 192	
ESTÁGIOS OPERACIONAIS	**AÇÕES**
NORMALIDADE	Manter atualizados os protocolos assistenciais e os fluxos de atendimento para agravos potencialmente associados aos impactos do El Niño, incluindo desidratação, insolação, golpe de calor, broncoespasmo, intoxicação por inalação de fumaça, queimaduras, formas graves de arboviroses, traumatismos e leptospirose. Verificar oxigênio, hidratação, medicamentos, equipamentos, referências e comunicação com SAMU e hospital.
MOBILIZAÇÃO	Confirmar a capacidade operacional dos serviços de urgência, a disponibilidade de profissionais, ambulâncias, equipamentos, insumos e rotas de deslocamento, considerando os riscos climáticos previstos e a possibilidade de interrupção de vias de acesso. Adequar os recursos disponíveis às necessidades estimadas, priorizando materiais e medicamentos necessários ao atendimento dos agravos mais prováveis no cenário identificado. Definir ponto de contato único com referências e regulação.
ALERTA	Preparar a ampliação da capacidade de acolhimento e atendimento, conforme os recursos disponíveis, e organizar fluxos assistenciais diferenciados quando houver necessidade de separar pacientes por gravidade, tipo de agravo ou risco de transmissão de doenças.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	Realizar acolhimento e classificação de risco, prestar atendimento inicial, estabilizar os pacientes e organizar os encaminhamentos conforme a gravidade clínica e os fluxos assistenciais estabelecidos. Priorizar emergências relacionadas ao calor intenso, à desidratação, ao comprometimento respiratório, aos traumatismos e às doenças infecciosas graves, assegurando assistência compatível com a capacidade técnica e operacional dos serviços
CRISE	Ampliar a capacidade de atendimento dentro das possibilidades operacionais, reorganizando equipes, espaços, insumos e fluxos de assistência. Aplicar critérios de triagem compatíveis com a situação de crise, priorizando pacientes com risco iminente à vida e solicitando apoio regional para disponibilização de leitos, equipes especializadas, ambulâncias e transporte sanitário quando a demanda exceder a capacidade municipal.
RECUPERAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	Restabelecer os estoques de medicamentos, oxigênio, materiais e demais insumos utilizados durante a resposta, garantindo condições adequadas para a retomada da rotina assistencial. Acompanhar a evolução dos pacientes atendidos, especialmente aqueles com agravamentos, complicações ou necessidade de seguimento após a alta ou transferência.

	Revisar protocolos específicos dos cenários do El Niño.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA / FARMÁCIA BÁSICA	
ESTÁGIOS OPERACIONAIS	**AÇÕES**
NORMALIDADE	Dimensionar e manter estoques adequados de medicamentos, insumos farmacêuticos e materiais essenciais para atender às necessidades da população durante os períodos críticos associados ao El Niño, considerando demandas relacionadas à hidratação, aos agravos respiratórios, às arboviroses, às doenças crônicas e aos demais protocolos assistenciais adotados pelo município.
MOBILIZAÇÃO	Verificar o consumo, os prazos de validade, as condições de armazenamento, a temperatura dos ambientes e equipamentos, a autonomia dos sistemas de conservação e a disponibilidade de transporte para distribuição dos medicamentos e insumos. Antecipar as solicitações de reposição quando houver justificativa técnica, considerando o consumo histórico, a demanda prevista e os prazos de fornecimento.
ALERTA	Providenciar a distribuição preventiva de medicamentos e insumos essenciais para os locais prioritários, conforme a avaliação dos riscos e a capacidade de armazenamento de cada unidade. Preparar estratégias de remanejamento de estoques e, quando necessário e operacionalmente viável, de dispensação descentralizada, garantindo o registro das movimentações e a continuidade do atendimento aos usuários.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	Garantir, dentro da capacidade operacional disponível, a continuidade do fornecimento de medicamentos para pessoas com doenças crônicas e para o atendimento dos agravos prioritários relacionados ao evento climático. Acompanhar o consumo conforme a evolução do cenário e identificar precocemente os itens com maior risco de falta ou aumento expressivo da demanda. Remanejar estoques com rastreabilidade e solicitar apoio quando houver risco de desabastecimento.
CRISE	Adotar medidas de uso racional e priorização dos medicamentos e insumos críticos, conforme os protocolos assistenciais e a avaliação técnica, evitando desperdícios e preservando o atendimento das necessidades mais urgentes. Concentrar a dispensação em pontos seguros e com condições adequadas de armazenamento e funcionamento, quando a operação regular das unidades estiver comprometida.
RECUPERAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	Recolher excedentes distribuídos para contingência quando não forem mais necessários, restabelecer os níveis regulares de estoque e conciliar os registros de entradas, saídas, transferências, dispensações e perdas. Identificar e documentar medicamentos e insumos comprometidos por exposição ao calor, à água, à fumaça ou por falhas de conservação, adotando os procedimentos técnicos aplicáveis antes de qualquer decisão sobre utilização ou descarte.

SAÚDE MENTAL	
ESTÁGIOS OPERACIONAIS	**AÇÕES**
NORMALIDADE	Identificar e mapear usuários e grupos em situação de maior vulnerabilidade psicossocial, considerando os possíveis impactos do calor prolongado, da exposição à fumaça, da perda de renda ou produção, da escassez de água, dos danos à moradia e da necessidade de deslocamento. Manter medicamentos, contatos e fluxo de primeiros cuidados psicológicos e apoio aos trabalhadores.

MOBILIZAÇÃO	Estabelecer contato com usuários de maior risco psicossocial e preparar estratégias de acolhimento articuladas entre a Atenção Primária à Saúde (APS), a rede de saúde mental e a Assistência Social, conforme as necessidades identificadas. Orientar equipes sobre efeitos do calor, medo, irritabilidade, sono e agravamento de transtornos.
ALERTA	Intensificar o acolhimento psicossocial e monitorar a continuidade dos tratamentos, especialmente dos usuários em acompanhamento regular ou em situação de maior vulnerabilidade. Monitorar desinformação, conflitos e barreiras de acesso.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	Ofertar acolhimento e primeiros cuidados psicológicos às pessoas afetadas, avaliando as necessidades de atendimento e identificando situações que exijam encaminhamento prioritário ou atendimento especializado.
CRISE	Priorizar o atendimento de pessoas com risco de suicídio, situações de violência, agravamento grave de transtornos mentais, sofrimento psíquico intenso ou perda das redes de apoio, acionando os serviços competentes e solicitando suporte regional quando a capacidade municipal for insuficiente.
RECUPERAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	Manter o acompanhamento de pessoas e famílias que apresentem luto, perdas, agravamento de condições de saúde mental ou sofrimento persistente, incluindo trabalhadores expostos a situações críticas durante a emergência. Incorporar necessidades psicossociais prolongadas à recuperação do território.

NUTRIÇÃO / VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	
ESTÁGIOS OPERACIONAIS	**AÇÕES**
NORMALIDADE	Identificar e acompanhar pessoas em risco nutricional, famílias em situação de insegurança alimentar e usuários que dependam de dietas específicas, fórmulas nutricionais ou outros produtos para fins especiais. Preparar orientações sobre hidratação adequada e alimentação segura durante períodos de calor intenso.
MOBILIZAÇÃO	Atualizar a identificação dos grupos prioritários, a relação de usuários dependentes de dietas especiais e fórmulas nutricionais e a capacidade dos serviços de manter o acompanhamento e o fornecimento desses itens.
ALERTA	Priorizar o acompanhamento de crianças, gestantes, pessoas idosas, pessoas com doenças crônicas, indivíduos com necessidades nutricionais específicas e famílias com restrições de acesso à água potável ou a alimentos em quantidade e qualidade adequadas.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	Orientar a população sobre hidratação e alimentação adequadas às condições climáticas, reforçando os cuidados necessários para prevenir desidratação, agravamento de doenças e problemas relacionados ao consumo de água e alimentos impróprios.
CRISE	Concentrar os recursos disponíveis no atendimento aos grupos com maior risco nutricional e insegurança alimentar, articulando as ações da Secretaria Municipal de Saúde com a Assistência Social e os demais setores competentes para viabilizar o suporte necessário. Monitorar desidratação e insuficiência de água ou alimentos seguros.
RECUPERAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	Reavaliar as condições nutricionais dos usuários acompanhados e a situação de insegurança alimentar das famílias afetadas, retomando consultas, avaliações e ações de acompanhamento conforme a capacidade dos serviços. Registrar impactos do El Niño e encaminhar necessidades persistentes à rede competente.

SERVIÇO SOCIAL EM SAÚDE	
ESTÁGIOS OPERACIONAIS	**AÇÕES**
NORMALIDADE	Identificar e mapear usuários e famílias que apresentem barreiras sociais com repercussão sobre a saúde, incluindo dependência de cuidados contínuos, dificuldades de transporte, acesso a medicamentos, disponibilidade de água potável e segurança alimentar. Atualizar fluxos com APS, regulação e Assistência Social, preservando as competências de cada política.
MOBILIZAÇÃO	Identificar famílias com maior probabilidade de interrupção do cuidado em saúde em decorrência do calor intenso, da estiagem, da exposição à fumaça, das dificuldades de deslocamento ou da redução do acesso a serviços e insumos essenciais.
ALERTA	Priorizar o acompanhamento de pessoas e famílias em situação de maior vulnerabilidade, apoiando a comunicação entre usuários, unidades de saúde e serviços da rede de proteção, conforme as necessidades identificadas.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	Apoiar a continuidade dos tratamentos, o acesso ao transporte sanitário e os encaminhamentos sociais relacionados às necessidades de saúde, com atenção especial às pessoas que enfrentem dificuldades de deslocamento, dependência de cuidados ou interrupção do acesso a serviços essenciais. Atuar em acolhimentos quando solicitado e seguro, sem assumir a gestão da proteção social.
CRISE	Priorizar a identificação e o encaminhamento de pessoas desacompanhadas, dependentes de cuidados, expostas à violência, sem rede de apoio ou impossibilitadas de acessar serviços essenciais, articulando com os órgãos competentes as medidas de proteção e assistência necessárias.
RECUPERAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	Acompanhar as famílias afetadas, as transições de cuidado e as dificuldades sociais que persistam após o evento, favorecendo a retomada dos atendimentos e a continuidade dos encaminhamentos necessários.

SAÚDE BUCAL	
ESTÁGIOS OPERACIONAIS	**AÇÕES**
NORMALIDADE	Verificar periodicamente as condições de abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica, climatização, esterilização, funcionamento dos equipamentos odontológicos e disponibilidade de materiais e insumos necessários à assistência. Definir os fluxos de referência e encaminhamento para urgências odontológicas, considerando a capacidade de atendimento da rede municipal e os serviços de referência disponíveis.
MOBILIZAÇÃO	Confirmar as condições de funcionamento dos consultórios odontológicos, a disponibilidade de profissionais, materiais e equipamentos e a capacidade de processamento e esterilização dos instrumentais, conforme as normas de biossegurança.
ALERTA	Avaliar a suspensão temporária de procedimentos eletivos nos consultórios que apresentem riscos relacionados à falta de água ou energia, à exposição à fumaça, às condições ambientais inadequadas ou à dificuldade de acesso, observando os critérios técnicos e de biossegurança aplicáveis.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	Manter, sempre que houver condições técnicas e sanitárias adequadas, o atendimento às urgências odontológicas em unidades seguras e operacionais, adotando as medidas de contingência compatíveis com as normas de biossegurança.
CRISE	Concentrar os atendimentos odontológicos nos pontos que apresentem condições adequadas de segurança, funcionamento e biossegurança, priorizando casos de trauma, infecção, dor intensa e outras situações que exijam intervenção oportuna.
RECUPERAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	Retomar gradualmente os atendimentos eletivos, considerando a capacidade operacional dos serviços e priorizando os casos adiados conforme a gravidade, a necessidade clínica e o risco de agravamento.

TRANSPORTE SANITÁRIO / FROTA	
ESTÁGIOS OPERACIONAIS	**AÇÕES**
NORMALIDADE	Realizar inventário periódico da frota disponível, dos motoristas, das condições de climatização dos veículos, dos equipamentos de segurança, dos níveis de combustível e das rotas utilizadas, identificando alternativas para situações de interrupção ou restrição de tráfego. Estabelecer critérios de prioridade para o transporte de pacientes, profissionais, medicamentos, vacinas, materiais e amostras biológicas.
MOBILIZAÇÃO	Verificar as condições mecânicas e operacionais dos veículos, providenciar o abastecimento necessário e confirmar a disponibilidade dos motoristas, respeitando os períodos de descanso e as condições de segurança para o trabalho. Manter os veículos prioritários preparados para utilização conforme a necessidade dos serviços de saúde.
ALERTA	Organizar a disponibilidade dos veículos para atender aos deslocamentos prioritários, incluindo pacientes que necessitem de terapias inadiáveis, usuários em condições clínicas de maior gravidade, equipes de saúde, medicamentos, vacinas e transporte de amostras biológicas, conforme os fluxos e as exigências específicas de cada transporte.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	Priorizar os deslocamentos indispensáveis à continuidade da assistência à saúde, suspendendo a circulação de veículos em trechos que apresentem riscos à segurança de passageiros e trabalhadores. Registrar atrasos, alterações de itinerário, interrupções de viagens e localidades temporariamente inacessíveis,

	buscando alternativas seguras quando disponíveis.
CRISE	Racionalizar a utilização da frota e do combustível, concentrando os veículos disponíveis nos deslocamentos essenciais e em rotas consideradas seguras, de acordo com a avaliação das condições operacionais. Solicitar apoio logístico aos setores ou órgãos competentes quando a capacidade municipal for insuficiente para atender às demandas prioritárias.
RECUPERAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	Providenciar a higienização, a inspeção e a manutenção dos veículos utilizados durante a emergência, recompondo os níveis de combustível, os equipamentos e os materiais necessários à continuidade do serviço. Reorganizar e regularizar as viagens adiadas, priorizando os pacientes cuja assistência tenha sido prejudicada e considerando a necessidade clínica de cada deslocamento.

ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, COMPRAS, CONTRATOS, ALMOXARIFADO E MANUTENÇÃO	
ESTÁGIOS OPERACIONAIS	**AÇÕES**
NORMALIDADE	Planejar escalas, suplências, convocação, descanso e apoio psicossocial e identificar trabalhadores vulneráveis ao calor e fumaça. Definir procedimentos para jornada, remanejamento, EPI, hidratação e proteção ocupacional.
MOBILIZAÇÃO	Confirmar disponibilidade e afastamentos e preparar ajustes de horários para atividades externas. Comunicar deveres, proteção e limites de segurança às equipes.
ALERTA	Organizar escalas ampliadas, revezamento, água, alimentação, transporte e descanso. Remanejar preventivamente trabalhadores de áreas ou jornadas de maior exposição.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	Ajustar escalas e pessoal formalmente e monitorar fadiga, agravos térmicos, respiratórios e acidentes. Garantir proteção das equipes e registro dos trabalhadores mobilizados.
CRISE	Priorizar pessoal nos serviços essenciais, assegurar revezamento e solicitar reforço. Intervir diante de exaustão, exposição acumulada ou condições inseguras.
RECUPERAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	Normalizar escalas e acompanhar trabalhadores afetados. Avaliar dimensionamento e atualizar medidas de jornada, hidratação, EPI e apoio para o próximo ciclo.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO / GESTÃO DOCUMENTAL	
ESTÁGIOS OPERACIONAIS	**AÇÕES**
NORMALIDADE	Manter rotinas de cópias de segurança, formulários para registro offline e procedimentos de contingência para situações de interrupção do fornecimento de energia elétrica, internet, telefonia ou funcionamento dos sistemas essenciais à gestão e à assistência em saúde. Preparar painéis para indicadores climáticos, ambientais, epidemiológicos, assistenciais e logísticos do El Niño.
MOBILIZAÇÃO	Testar as condições de funcionamento dos equipamentos, da conectividade, do fornecimento de energia elétrica e dos acessos aos sistemas utilizados pelos serviços de saúde, priorizando a correção de falhas que possam comprometer atividades essenciais.
ALERTA	Preparar e, quando necessário, implementar medidas de redundância e contingência para preservar o funcionamento dos sistemas essenciais, protegendo equipamentos e estruturas de tecnologia contra calor excessivo, umidade, infiltrações, oscilações elétricas e outras condições que possam comprometer sua operação.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	Manter, dentro das condições técnicas disponíveis, a conectividade e os recursos necessários ao registro mínimo das informações assistenciais, epidemiológicas e logísticas, priorizando os sistemas indispensáveis à continuidade dos serviços de saúde.
CRISE	Concentrar o suporte técnico nos sistemas e equipamentos indispensáveis à manutenção das atividades essenciais, adotando procedimentos offline e mecanismos de controle de versões para evitar perdas, duplicidades ou inconsistências nos registros.

RECUPERAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	Conciliar os registros produzidos offline com os sistemas oficiais, verificar a consistência das informações, corrigir eventuais duplicidades e restabelecer gradualmente os serviços digitais, observando os procedimentos de segurança e validação dos dados.

Fonte: Os quadros que compõem o Plano Municipal de Preparação para o Enfrentamento dos Impactos do El Niño 2026–2027 foram elaborados pelo Município de Conceição do Castelo–ES, mediante adaptação técnica de referências estaduais e federais à estrutura do plano da Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (SESA/ES), considerando a realidade local, a capacidade instalada dos serviços de saúde e os instrumentos de planejamento e gestão municipais.

5.2 Diretrizes para a comunicação de risco e orientação à população durante os impactos do El Niño

A comunicação em saúde deverá ocorrer de forma contínua, integrada e oportuna durante as fases de normalidade, mobilização, alerta, situação de emergência, crise e recuperação, com o objetivo de orientar a população, divulgar medidas de prevenção, informar sobre alterações no funcionamento dos serviços de saúde e reduzir os riscos associados aos eventos climáticos.

As informações deverão ser elaboradas com base em dados oficiais e avaliações dos setores responsáveis, utilizando linguagem clara, objetiva, acessível e adequada à realidade do Município de Conceição do Castelo–ES. A divulgação deverá considerar os riscos relacionados ao calor intenso, à estiagem, à redução da disponibilidade de água, à fumaça de incêndios, às doenças relacionadas às condições climáticas e às ocorrências decorrentes de chuvas intensas.

A Secretaria Municipal de Saúde deverá articular a produção e a divulgação das informações com as unidades de saúde, a Vigilância em Saúde, os demais setores municipais envolvidos e os órgãos competentes, utilizando os canais institucionais disponíveis. Deverão ser priorizadas orientações preventivas, informações sobre os serviços assistenciais, alertas de risco, medidas de proteção individual e coletiva e esclarecimentos sobre situações que possam comprometer o acesso aos serviços de saúde.

Durante situações de emergência ou crise, a comunicação deverá ser intensificada conforme a evolução dos riscos, com atualização das informações sempre que houver mudanças relevantes. Deverão ser evitadas mensagens contraditórias, informações não confirmadas e a divulgação de dados pessoais ou de saúde que permitam identificar usuários.

Banco inicial de mensagens para a Comunicação em Saúde.

Tema	Mensagem-base a adaptar
Serviço interrompido	A Secretaria Municipal de Saúde informa que, em razão das condições climáticas, a Unidade _____ está temporariamente com atendimento na Unidade Básica de Saúde Manoel Antônio Biancardi. A referência alternativa é o Hospital Municipal Nossa Senhora da Penha.
Água	Não consuma água com alteração de cor, cheiro ou sabor. Em caso de dúvida, siga a orientação da Vigilância Ambiental. O hipoclorito de sódio deverá ser utilizado somente na dosagem orientada.
Solo	Área contaminada, não se aproxime! Área com risco de desabamento, não se aproxime!
Contato com enchente	Evite contato com água da enchente e lama. Em caso de exposição, utilize proteção adequada. Procure atendimento diante de ferimentos, febre, dor na panturrilha, vômito, diarreia ou mal-estar.
Medicamentos	Quem perdeu medicamentos de uso contínuo ou ficou sem acesso ao tratamento deve procurar a unidade ou ponto de atendimento divulgado oficialmente.
Abrigo	Pessoas acolhidas em abrigos que apresentem febre, diarreia, vômito, falta de ar, lesões de pele ou outro sintoma devem comunicar à equipe responsável.
Retorno ao domicílio	Retorne somente após orientação dos órgãos competentes e siga as recomendações sobre limpeza, água, alimentos, medicamentos e instalações atingidas.

5.3 Painel público de monitoramento dos impactos do El Niño

O Município poderá instituir um painel eletrônico de acesso público, disponibilizado em local de fácil identificação no portal oficial da Prefeitura de Conceição do Castelo–ES, destinado à divulgação de informações consolidadas sobre o monitoramento dos possíveis impactos do El Niño, a evolução dos riscos e as medidas municipais de preparação, prevenção e resposta.

A estruturação, a alimentação e a atualização do painel deverão ocorrer de forma articulada entre a área responsável pela Comunicação em Saúde, o setor de Tecnologia da Informação, a Secretaria Municipal de Saúde, a Defesa Civil e as demais secretarias e instituições responsáveis pela produção ou validação das informações divulgadas. Cada setor deverá responder pela consistência e pela atualização dos dados sob sua competência.

Conforme a disponibilidade, a confiabilidade e a validação das informações, o painel poderá contemplar os seguintes conteúdos:

I. Informações gerais sobre o El Niño: características do fenômeno, possíveis repercussões no município, riscos associados e medidas preventivas recomendadas à população.
II. Situação do monitoramento municipal: indicação da condição operacional vigente, conforme critérios e classificações formalmente definidos pelo Município, sem confundir o monitoramento climático com os níveis oficiais de alerta emitidos pelos órgãos competentes.
III. Avisos e alertas oficiais: divulgação de comunicados meteorológicos, hidrológicos, ambientais e de proteção e defesa civil emitidos pelas instituições responsáveis.
IV. Indicadores ambientais: apresentação de dados disponíveis sobre temperatura, umidade relativa do ar, precipitação e outros parâmetros relevantes para a avaliação dos riscos, com identificação das respectivas fontes.
V. Abastecimento de água: informações sobre interrupções ou restrições conhecidas, localidades afetadas e orientações para o consumo, o armazenamento e a utilização segura da água.
VI. Incêndios e exposição à fumaça: divulgação de informações oficiais sobre ocorrências relevantes, riscos à saúde e medidas de proteção recomendadas, conforme as orientações dos órgãos competentes.

VII. Localidades afetadas: apresentação de mapas ou relações territoriais das áreas atingidas ou sob monitoramento, com detalhamento compatível com a finalidade informativa e com a proteção da população.

VIII. Condições de acesso e circulação: divulgação de informações confirmadas sobre interdições viárias, dificuldades de deslocamento e rotas alternativas, conforme dados fornecidos pelos órgãos responsáveis.

IX. Funcionamento dos serviços de saúde: atualização sobre horários de atendimento, alterações temporárias no funcionamento das unidades, serviços disponíveis e orientações para acesso à assistencial.

X. Informações epidemiológicas: divulgação de indicadores consolidados relevantes para o monitoramento de agravos relacionados aos eventos climáticos, respeitando o sigilo e a proteção dos dados pessoais.

XI. Medidas municipais de preparação e resposta: apresentação das principais ações realizadas pelas secretarias e dos serviços de apoio disponibilizados à população, conforme informações oficialmente confirmadas.

XII. Orientações aos grupos prioritários: recomendações específicas para crianças, gestantes, pessoas idosas, pessoas com doenças crônicas, pessoas com deficiência, trabalhadores rurais e outros grupos que apresentem maior vulnerabilidade aos impactos climáticos.

XIII. Canais de atendimento e solicitação de apoio: divulgação de telefones institucionais, contatos dos serviços públicos, canais oficiais de comunicação e orientações sobre como buscar atendimento ou comunicar situações de risco.

XIV. Identificação e atualização das informações: indicação da data e do horário da última atualização, da fonte responsável e, quando aplicável, do caráter preliminar dos dados divulgados.

A publicação das informações deverá observar os princípios da clareza, acessibilidade, transparência, confiabilidade, rastreabilidade e atualização. Os conteúdos deverão ser apresentados em linguagem compreensível, com atenção às necessidades de pessoas com deficiência e de usuários com dificuldades de acesso aos meios digitais.

É vedada a divulgação pública de nomes de pacientes, endereços individualizados de pessoas em situação de vulnerabilidade, informações clínicas que permitam identificar usuários ou outros dados pessoais protegidos. Também deverão ser resguardadas informações operacionais cuja exposição possa comprometer a segurança de pessoas, equipes, equipamentos ou estruturas estratégicas. Os dados individualizados necessários

à organização da assistência deverão permanecer nos sistemas e instrumentos internos de gestão, com acesso restrito aos profissionais autorizados.

A periodicidade de atualização deverá ser definida conforme a relevância das informações, a disponibilidade de dados validados e a evolução da situação. Em períodos de normalidade, poderão ser realizadas atualizações periódicas; nas fases de atenção e alerta, a frequência deverá ser ampliada conforme a necessidade; e, durante emergências ou ocorrências críticas, as informações relevantes deverão ser atualizadas tão logo sejam confirmadas e disponibilizadas pelos setores responsáveis.

Caso o portal institucional fique indisponível ou ocorram falhas de conectividade, a comunicação deverá ser mantida por meios alternativos previamente definidos, incluindo redes sociais oficiais, emissoras de rádio, comunicados locais, unidades de saúde, agentes comunitários de saúde e outros canais territoriais disponíveis. A utilização desses meios deverá preservar a consistência das mensagens, priorizar orientações de interesse público e indicar, sempre que possível, a origem e a data das informações divulgadas.

A implantação do painel dependerá de avaliação da viabilidade técnica e operacional, da definição dos responsáveis pela alimentação e validação dos conteúdos e da disponibilidade dos recursos necessários à manutenção da ferramenta. Sua eventual implementação deverá integrar as estratégias municipais de comunicação de risco, contribuindo para ampliar o acesso da população a informações confiáveis e apoiar a tomada de decisões durante os diferentes estágios de preparação e resposta aos impactos do El Niño.

5.4 Articulação com a Coordenadoria Regional de Proteção e Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros Militar

A preparação do Município de Conceição do Castelo para emergências e desastres de origem hidrometeorológica, bem como para os possíveis impactos associados ao fenômeno El Niño, requer articulação interinstitucional contínua entre a Secretaria Municipal de Saúde, a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, a Coordenadoria Regional de Proteção e Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo (CBMES), o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e os demais órgãos e entidades envolvidos nas ações de proteção, assistência e resposta.

Essa articulação deverá contemplar todas as etapas da gestão de riscos e desastres, incluindo prevenção, mitigação, preparação, resposta, recuperação e desmobilização, promovendo a integração entre o Plano Municipal de Contingência para Desastres, o Plano de Enfrentamento aos Impactos do El Niño e os instrumentos estaduais de proteção e defesa civil, de modo a assegurar coerência entre as estratégias, os fluxos de comunicação e os procedimentos operacionais adotados.

A participação da Coordenadoria Regional de Proteção e Defesa Civil (REPDEC) e do CBMES deverá contribuir para o alinhamento técnico e institucional das ações relacionadas às respectivas competências, especialmente no que se refere à identificação e avaliação de riscos, ao compartilhamento de informações e alertas, à segurança das operações, aos procedimentos de acionamento, às atividades de socorro, resgate e salvamento, ao combate a incêndios e à integração dessas medidas com as ações de vigilância em saúde e assistência sanitária.

A definição e a operacionalização dessas interfaces deverão observar a autonomia institucional, as atribuições legalmente estabelecidas, os protocolos específicos, a disponibilidade operacional e os níveis de comando de cada órgão. A articulação prevista neste Plano não implica transferência de competências nem atribuição à Secretaria Municipal de Saúde de responsabilidades próprias dos órgãos de proteção e defesa civil, segurança pública ou demais instituições integrantes do sistema de resposta a emergências e desastres.

5.5 Interface com a Coordenadoria Regional de Proteção e Defesa Civil

A articulação do Município de Conceição do Castelo com a Coordenadoria Regional de Proteção e Defesa Civil (REPDEC) terá caráter técnico, orientador e integrador, visando ao fortalecimento da capacidade municipal de prevenção, preparação e resposta aos desastres de origem hidrometeorológica e aos possíveis impactos

associados ao fenômeno El Niño.

Essa cooperação deverá contribuir para o alinhamento entre o Plano Municipal VIGIDESASTRES, o Plano de Enfrentamento aos Impactos do El Niño e os demais instrumentos de planejamento e resposta da proteção e defesa civil, respeitando as particularidades territoriais, a estrutura administrativa e a capacidade operacional de Conceição do Castelo.

No âmbito dessa articulação, poderão ser encaminhados à REPDEC, para análise e orientação técnica, os seguintes aspectos:

I. avaliação da compatibilidade entre os planos municipais de saúde e os instrumentos de planejamento da proteção e defesa civil, buscando assegurar integração entre as medidas de preparação, mobilização e resposta aos eventos adversos;

II. orientação quanto aos fluxos de comunicação e compartilhamento de informações entre a Secretaria Municipal de Saúde de Conceição do Castelo, a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil; a REPDEC e a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC);

III. definição e alinhamento dos canais institucionais de comunicação, dos responsáveis pelo acionamento e dos procedimentos para solicitação de apoio regional ou estadual, conforme a necessidade identificada;

IV. compartilhamento e interpretação de alertas meteorológicos, hidrológicos e geológicos emitidos pelos órgãos oficiais, considerando os riscos associados a chuvas intensas, enxurradas, movimentos de massa, estiagem, calor excessivo e outros eventos que possam comprometer a saúde da população e o funcionamento dos serviços municipais;

V. orientação técnica para compatibilização dos níveis de mobilização e resposta da Secretaria Municipal de Saúde com os procedimentos adotados pela proteção e defesa civil;

VI. análise das interfaces entre a coordenação das ações de emergência em saúde pública e o Sistema de Comando em Operações (SCO), ou outra estrutura de coordenação municipal formalmente instituída e ativada, quando necessária a integração das instituições envolvidas;

VII. alinhamento dos procedimentos relacionados a comunidades rurais e localidades de difícil acesso, interrupção de vias, necessidade de evacuação preventiva, instalação de abrigos temporários, avaliação de danos e restabelecimento de serviços essenciais, respeitando as atribuições de cada órgão;

VIII. Identificação das informações prioritárias para compartilhamento durante a resposta, incluindo áreas atingidas, população afetada, unidades de saúde comprometidas, interrupção de serviços, necessidades assistenciais, recursos disponíveis e demandas de apoio;

IX. participação, conforme disponibilidade institucional, em reuniões técnicas, capacitações, exercícios simulados e avaliações posteriores aos eventos, com o objetivo de aprimorar os procedimentos de preparação e resposta do Município;

X. identificação de limitações operacionais, necessidades de adequação e recomendações técnicas que contribuam para a viabilidade dos planos municipais e para o alinhamento das ações previstas com a capacidade de apoio regional e estadual.

As orientações e manifestações técnicas da REPDEC deverão subsidiar o aprimoramento dos instrumentos municipais de planejamento, contribuindo para a organização dos fluxos de comunicação, acionamento e cooperação entre os órgãos envolvidos na gestão de riscos e desastres.

A articulação regional não substitui as atribuições da COMPDEC nem transfere à REPDEC a responsabilidade pela execução das ações municipais. A Secretaria Municipal de Saúde de Conceição do Castelo permanecerá responsável pelo planejamento, pela coordenação e pela execução das medidas de preparação, resposta e recuperação no âmbito da saúde, observadas as competências legais e institucionais dos demais órgãos envolvidos.

5.6 Interface com o Corpo de Bombeiros Militar

A articulação do Município de Conceição do Castelo com o Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo (CBMES) deverá contribuir para o planejamento integrado das ações de prevenção, preparação e resposta às ocorrências que representem risco à vida, à segurança da população e à continuidade dos serviços essenciais, especialmente diante dos possíveis impactos associados ao fenômeno El Niño e aos eventos hidrometeorológicos adversos.

Essa integração deverá contemplar situações envolvendo incêndios em vegetação, exposição à fumaça, queimaduras, acidentes, ameaças ou danos estruturais, necessidade de busca, resgate e salvamento, ocorrências com múltiplas vítimas e demais eventos que exijam intervenção especializada ou acesso a áreas com condições de segurança comprometidas.

No âmbito dessa articulação, poderão ser submetidos à avaliação, orientação técnica e eventual pactuação com o CBMES os seguintes aspectos:

I. alinhamento dos canais oficiais de acionamento e dos fluxos de comunicação entre o CBMES, a Secretaria Municipal de Saúde, a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e os demais serviços integrantes da rede municipal de assistência;
II. identificação das informações essenciais para o acionamento e a organização da resposta, incluindo localização da ocorrência, natureza do evento, riscos identificados, número estimado de vítimas, condições de acesso e recursos já mobilizados;
III. compartilhamento de informações operacionais relacionadas a incêndios, propagação de fumaça, áreas isoladas, estruturas ameaçadas e outros riscos que possam comprometer a segurança da população, dos trabalhadores e dos estabelecimentos de saúde;
IV. orientação quanto às condições de segurança para o ingresso, a permanência, a retirada ou a suspensão das atividades das equipes de saúde em áreas atingidas, observando as avaliações e determinações dos órgãos competentes;
V. integração dos fluxos de busca, resgate e salvamento com os procedimentos de atendimento pré-hospitalar, triagem, estabilização, regulação e encaminhamento das vítimas aos serviços de saúde;
VI. articulação entre o CBMES, o SAMU 192 e os serviços hospitalares de referência nas ocorrências com múltiplas vítimas, respeitando os protocolos de atendimento, a regulação médica e a estrutura de comando estabelecida para cada operação;
VII. planejamento conjunto, quando necessário e tecnicamente viável, dos procedimentos para retirada emergencial de pacientes, trabalhadores, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e demais recursos essenciais de unidades de saúde ameaçadas, observadas as condições de segurança e as competências institucionais;
VIII. orientação técnica para prevenção e resposta a incêndios nos estabelecimentos de saúde do Município, incluindo procedimentos de evacuação, rotas de saída, pontos de encontro, comunicação de ocorrências e medidas iniciais de segurança compatíveis com a capacitação dos profissionais;
IX. realização de capacitações, reuniões técnicas e exercícios simulados, conforme disponibilidade institucional e pactuação prévia, envolvendo situações de incêndio,

evacuação de unidades de saúde, segurança das equipes e integração dos serviços de resposta;

X. definição dos procedimentos de comunicação à Secretaria Municipal de Saúde e à estrutura municipal de coordenação eventualmente ativada sobre ocorrências que possam comprometer unidades de saúde, comunidades, rotas de transporte sanitário ou a capacidade de atendimento municipal;

XI. identificação de limitações operacionais, necessidades de recursos adicionais e situações que possam demandar apoio de outras unidades ou instituições, considerando as condições de acesso, a extensão do evento e a capacidade de resposta disponível;

XII. participação, conforme disponibilidade institucional, em avaliações posteriores aos eventos, com identificação de dificuldades operacionais, lições aprendidas e medidas necessárias ao aperfeiçoamento dos fluxos de comunicação, acionamento e resposta.

A articulação com o CBMES deverá respeitar as competências legalmente estabelecidas para cada instituição. As atividades de combate a incêndios, busca, resgate, salvamento e intervenção técnica em áreas inseguras permanecerão sob responsabilidade dos órgãos legalmente competentes.

As equipes da Secretaria Municipal de Saúde de Conceição do Castelo deverão atuar de forma integrada e complementar, priorizando a assistência às vítimas, a organização dos recursos sanitários e a continuidade dos serviços de saúde. O ingresso em áreas de risco somente deverá ocorrer mediante avaliação e liberação das condições de segurança pelos órgãos competentes, sendo vedada a execução de atividades para as quais os profissionais não possuam habilitação, capacitação, equipamentos ou autorização adequados.

5.7 Interface com o SAMU 192

A articulação do Município de Conceição do Castelo com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) tem como finalidade fortalecer a integração entre a rede municipal de saúde, a Central de Regulação das Urgências e os serviços de atendimento pré-hospitalar, assegurando a organização dos fluxos assistenciais diante de emergências e desastres relacionados aos impactos do El Niño e de outros eventos adversos.

Essa integração deverá considerar as particularidades territoriais do Município,

incluindo a dispersão das comunidades rurais, as condições de acesso às localidades, a possibilidade de interrupção de vias e os riscos de comprometimento da capacidade de atendimento dos serviços municipais de saúde.

No âmbito dessa articulação, poderão ser submetidos à avaliação, orientação técnica e eventual pactuação com a coordenação competente do SAMU 192 os seguintes aspectos:

I. identificação da Central de Regulação das Urgências responsável pelo atendimento ao Município, dos canais oficiais de acionamento e dos representantes institucionais de referência para comunicação com a Secretaria Municipal de Saúde e os demais serviços envolvidos;

II. alinhamento dos fluxos de atendimento pré-hospitalar às situações de urgência e emergência relacionadas aos impactos do El Niño, incluindo casos de desidratação grave, exaustão pelo calor, insolação, desconforto respiratório, intoxicação por fumaça, queimaduras, traumatismos e outras condições que demandem assistência imediata;

III. organização dos procedimentos de regulação médica, estabilização e encaminhamento dos pacientes aos serviços de referência, considerando a gravidade dos casos, a disponibilidade assistencial e os fluxos regionais de atendimento;

IV. integração dos procedimentos de atendimento às ocorrências com múltiplas vítimas, envolvendo o SAMU 192, o Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo (CBMES), a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), o Hospital Municipal Nossa Senhora da Penha e os demais serviços assistenciais pertinentes;

V. alinhamento de alternativas operacionais para situações de interrupção de vias, isolamento de comunidades, comprometimento de unidades de saúde ou necessidade de alteração temporária dos fluxos de encaminhamento assistencial, conforme orientação da regulação competente;

VI. estabelecimento de procedimentos de comunicação entre a Central de Regulação das Urgências, a Secretaria Municipal de Saúde e a estrutura municipal de coordenação eventualmente ativada, observados os limites de acesso, a confidencialidade e o sigilo das informações de saúde;

VII. identificação de estratégias de apoio aos usuários em condições de maior vulnerabilidade durante emergências, especialmente pessoas dependentes de oxigenoterapia, pacientes com mobilidade reduzida, gestantes, crianças, idosos e

pessoas com doenças crônicas que apresentem agravamento de seu estado de saúde;

VIII. participação, conforme disponibilidade institucional e pactuação prévia, em reuniões técnicas, capacitações e exercícios simulados destinados ao aprimoramento dos fluxos de atendimento pré-hospitalar e à integração da rede municipal de urgência e emergência.

A atuação do SAMU 192 deverá observar os protocolos de regulação médica, a natureza da ocorrência, a gravidade dos casos, os recursos disponíveis e a organização regional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências.

O presente Plano não atribui ao SAMU 192 responsabilidades relativas ao transporte sanitário eletivo municipal, ao deslocamento administrativo de pacientes para consultas, exames ou procedimentos programados, nem à execução de atividades que não estejam compreendidas em suas competências institucionais.

A Secretaria Municipal de Saúde de Conceição do Castelo deverá manter a articulação com o serviço de regulação de urgências, assegurando a integração dos fluxos assistenciais e a continuidade do cuidado à população, sem prejuízo das atribuições próprias de cada instituição.

5.8 Articulação com o Hospital Padre Máximo – Venda Nova do Imigrante

A Secretaria Municipal de Saúde deverá pactuar com o Hospital Municipal Padre Máximo – Venda Nova do Imigrante os fluxos de assistência hospitalar e continuidade do cuidado diante dos possíveis impactos do El Niño, considerando o perfil assistencial, a capacidade instalada e os mecanismos de regulação e referência da rede. A articulação compreenderá:

- Definição de referências institucionais e canais de comunicação com a gestão municipal;
- Pactuação dos critérios de encaminhamento, admissão e transferência de pacientes, conforme avaliação clínica, regulação e recursos disponíveis;
- Compartilhamento de informações sobre demanda, capacidade de atendimento e restrições operacionais;
- Planejamento de contingência para aumento de atendimentos e interrupções de água, energia, oxigênio, insumos ou acesso à unidade hospitalar;
- Definição de retaguarda assistencial caso o funcionamento da

unidade hospitalar seja comprometido, com comunicação à rede municipal.

Os fluxos e compromissos dependerão de validação pela direção da unidade hospitalar e pelas instâncias competentes, respeitados os instrumentos contratuais e as responsabilidades de cada instituição.

5.9 Recuperação, avaliação e revisão

A recuperação deverá priorizar o restabelecimento seguro e gradual dos serviços essenciais de saúde, incluindo abastecimento de água e energia, acesso às unidades, assistência à população, cadeia de frio, fornecimento de medicamentos e insumos, atividades laboratoriais e gerenciamento de resíduos. A retomada deverá considerar as condições de segurança, a capacidade operacional e as necessidades dos territórios afetados, mantendo alternativas assistenciais enquanto persistirem interrupções. As áreas responsáveis deverão registrar danos, perdas, custos e recursos empregados, acompanhar agravos de manifestação tardia e assegurar a continuidade do cuidado, inclusive a atenção psicossocial às pessoas afetadas e aos trabalhadores envolvidos na resposta. A reposição de estoques e a recuperação de instalações e equipamentos deverão observar prioridades técnicas e oportunidades de reduzir vulnerabilidades identificadas.

Após a estabilização do cenário, a Secretaria Municipal de Saúde deverá promover avaliação conjunta com os setores e parceiros envolvidos, consolidando os resultados em relatório pós-evento. Esse registro deverá identificar dificuldades, medidas efetivas e ações corretivas, com responsáveis e prazos, subsidiando a revisão do Plano, dos fluxos assistenciais e das estratégias de preparação. A desmobilização das estruturas extraordinárias deverá ocorrer de forma gradual, conforme avaliação da autoridade municipal de Saúde, preservando o monitoramento pelo VIGIDESASTRES e pelas demais áreas competentes. O encerramento da resposta emergencial deverá ser acompanhado da transferência das ações pendentes às rotinas dos serviços, assegurando continuidade ao cuidado e à recuperação.

A efetividade deste Plano dependerá de sua aplicação, da articulação entre os serviços e da incorporação das lições aprendidas. Sua atualização contínua deverá fortalecer a capacidade municipal de antecipar riscos, reduzir danos e proteger a saúde da população diante dos impactos do El Niño e de futuras emergências.

6. Considerações finais

O Plano de Preparação do Município de Conceição do Castelo – ES para o Enfrentamento dos Impactos do El Niño 2026–2027, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, estabelece diretrizes e estratégias para antecipar riscos, reduzir vulnerabilidades, organizar as ações de vigilância e assistência à saúde e assegurar a continuidade dos serviços essenciais diante de possíveis eventos climáticos extremos. Sua efetividade está diretamente relacionada à implementação das medidas propostas, com atribuições definidas, recursos disponíveis, fluxos de comunicação estabelecidos e acompanhamento permanente das ações desenvolvidas.

A execução deste Plano deverá ocorrer de forma articulada com o Plano de Contingência Municipal (PLANCON), a Defesa Civil e as demais secretarias e instituições envolvidas na proteção da população, respeitando as competências de cada setor. No âmbito da saúde, o VIGIDESASTRES deverá orientar a integração entre a vigilância em saúde, a atenção primária, a assistência hospitalar, a regulação, o transporte sanitário e os demais serviços da rede municipal, permitindo identificar ameaças, acompanhar os possíveis impactos no território e subsidiar as decisões da gestão municipal.

Considerando as características territoriais de Conceição do Castelo, sua extensão rural, a distribuição das comunidades e a organização da rede municipal de saúde, as ações deverão considerar especialmente as dificuldades de acesso decorrentes de chuvas intensas, enxurradas, deslizamentos, estiagem e alterações nas condições de abastecimento de água. Deverá ser dada atenção prioritária às pessoas e famílias em situação de maior vulnerabilidade, incluindo idosos, crianças, gestantes, pessoas com deficiência, acamados e indivíduos com doenças crônicas, bem como aos trabalhadores expostos aos riscos ambientais e ocupacionais.

A Secretaria Municipal de Saúde deverá manter o acompanhamento das condições de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde, da Policlínica, do Hospital Municipal Nossa Senhora da Penha e dos demais serviços que compõem a rede municipal, buscando preservar o acesso da população à assistência, aos medicamentos, à vacinação, aos atendimentos de urgência e aos demais serviços indispensáveis. As limitações estruturais, operacionais e assistenciais identificadas deverão ser registradas e comunicadas à gestão, de modo a subsidiar a definição de prioridades, o planejamento

de medidas alternativas e a solicitação de apoio aos órgãos competentes, quando necessário.

O Plano deverá ser revisado e atualizado periodicamente, considerando a evolução dos cenários climáticos e epidemiológicos, as orientações dos órgãos estaduais e federais, as condições do território e a capacidade operacional dos serviços municipais. A realização de exercícios de preparação, a avaliação das respostas adotadas diante de ocorrências reais e o registro das ações executadas serão fundamentais para identificar fragilidades, aperfeiçoar os fluxos de trabalho e incorporar as experiências adquiridas pelas equipes.

A consolidação deste Plano representa o compromisso da Secretaria Municipal de Saúde de Conceição do Castelo com uma atuação preventiva, integrada e permanente diante dos riscos associados ao El Niño 2026–2027. Mais do que estabelecer procedimentos para situações de emergência, este instrumento busca fortalecer a capacidade institucional do Município, qualificar a articulação entre os setores, proteger os trabalhadores e a população e garantir a continuidade das ações e dos serviços de saúde, contribuindo para a redução de danos, a preservação de vidas e o fortalecimento da resiliência municipal frente aos eventos climáticos extremos e a futuras emergências em saúde pública.

7. Anexo Operacionais

ANEXO I - REGISTROS TERRITORIAIS, EXPOSIÇÃO E APLICAÇÃO EM SAÚDE

Os 07 registros abaixo reproduzem a identificação e a localização de acordo com o PLANCON-Defesa Civil 2025. A coluna final traduz sua utilidade para o planejamento sanitário. Classificação, georreferenciamento, quantitativos, rotas, prioridade e situação atual dependem de validação da área territorial competente; o quadro não substitui laudo, mapeamento oficial ou ordem de evacuação.

	LOCALIDADE / REFERÊNCIA ORIGINAL	AMEAÇA / EXPOSIÇÃO REGISTRADA	CENÁRIO A CONFIRMAR (Defesa Civil)	AÇÃO PROPOSTA PELA DEFESA CIVIL MUNICIPAL APLICAÇÃO SANITÁRIA	INSERIR PONTOS DE ATENDIMENTO
1	Avº Harvey Vargas Grilo, Nicolau de Vargas – Conceição do Castelo – ES Coordenadas: 20°21'39"S 41°14'41"W	Área de risco de alagamento devido a diversos fatores ambientais, geográficos e climáticos que aumentam a vulnerabilidade a alagamentos e enchentes.	As enchentes recorrentes comprometem a segurança da população, causam prejuízos financeiros e dificultam o desenvolvimento urbano sustentável, tornando essencial a adoção de medidas preventivas e de mitigação.	Diante desses fatores, a classificação da área como zona de risco de inundação é necessária para embasar a implementação de estratégias de prevenção, contenção e adaptação, garantindo a segurança dos moradores e a integridade das estruturas urbanas.	Hospital Municipal Nossa Senhora da Penha
2	Rua Alcides Guarnier, Centro-Conceição do Castelo-ES/Coordenadas: 20º21´19.27”S 41º14`29.51”	Área de risco de queda de talude, causada por uma combinação de fatores, incluindo características do solo e rocha, condições hidrológicas, atividades sísmicas e intervenções humanas.	Mantidas as condições existentes, é possivelmente é perfeitamente possível a ocorrência de eventos destrutivos, durante episódios de chuvas intensas e prolongadas.	Implementar drenagem adequada para reduzir a umidade do solo; Reforçar o talude com muros de contenção ou vegetação estabilizadora; Monitorar regularmente fissuras, deslocamentos ou sinais de movimento; Evitar atividades que possam aumentar a instabilidade, como escavações ou construções próximas; Consultar um engenheiro geotécnico para análises mais detalhadas e intervenções específicas.	Hospital Municipal Nossa Senhora da Penha
3	Avenida beira rio, Centro, coordenadas 20º21´26´.56’S 41º14´50.19”0	Área de risco de alagamento devido a diversos fatores ambientais, geográficos e climáticos que aumentam a vulnerabilidade a alagamentos e enchentes.	As enchentes recorrentes comprometem a segurança da população, causam prejuízos financeiros e dificultam o desenvolvimento urbano sustentável, tornando	Diante desses fatores, a classificação da área como zona de risco de inundação é necessária para embasar a implementação de estratégias de prevenção, contenção e adaptação, garantindo a segurança dos moradores e a integridade das estruturas urbanas.	Hospital Municipal Nossa Senhora da Penha

			essencial a adoção de medidas preventivas e de mitigação.		
4	Bairro Pedro Rigo, coordenadas: 20º21’42.11”S 41º 15’4.81”0	Área de risco de alagamento devido a diversos fatores ambientais, geográficos e climáticos que aumentam a vulnerabilidade a alagamentos e enchentes.	As enchentes recorrentes comprometem a segurança da população, causam prejuízos financeiros e dificultam o desenvolvimento urbano sustentável, tornando essencial a adoção de medidas preventivas e de mitigação.	É necessária para embasar a implementação de estratégias de prevenção, contenção e adaptação, garantindo a segurança dos moradores e a integridade das estruturas urbanas.	Hospital Municipal Nossa Senhora da Penha
5	Rua São Rafael, Centro, coordenadas: 20º21’15.17”S 41º14’41.40”0	Área de risco de alagamento devido a diversos fatores ambientais, geográficos e climáticos que aumentam a vulnerabilidade a alagamentos e enchentes.	As enchentes recorrentes comprometem a segurança da população, causam prejuízos financeiros e dificultam o desenvolvimento urbano sustentável, tornando essencial a adoção de medidas preventivas e de mitigação.	Diante desses fatores, a classificação da área como zona de risco de inundação é necessária para embasar a implementação de estratégias de prevenção, contenção e adaptação, garantindo a segurança dos moradores e a integridade das estruturas urbanas.	Hospital Municipal Nossa Senhora da Penha
6	Indaia , 20º19`5 66’’S 41º 13’16. 73’’0	Área de risco de alagamento devido a diversos fatores ambientais, geográficos e climáticos que aumentam a vulnerabilidade a alagamentos e enchentes.	As enchentes recorrentes comprometem a segurança da população, causam prejuízos financeiros e dificultam o desenvolvimento urbano sustentável, tornando essencial a adoção de medidas preventivas e de mitigação.	Diante desses fatores, a classificação da área como zona de risco de inundação é necessária para embasar a implementação de estratégias de prevenção, contenção e adaptação, garantindo a segurança dos moradores e a integridade das estruturas urbanas.	Hospital Municipal Nossa Senhora da Penha
7	Taquarussu 20º23’32.58”S 41º13”14.69”0	Área de risco de queda de talude, causada por uma combinação de fatores, incluindo características do solo e rocha, condições	Mantidas as condições existentes, é possivelmente é perfeitamente possível a ocorrência de eventos destrutivos, durante	Implementar drenagem adequada para reduzir a umidade do solo; Reforçar o talude com muros de contenção ou vegetação estabilizadora; Monitorar regularmente fissuras, deslocamentos ou sinais de movimento; Evitar atividades que	Hospital Municipal Nossa Senhora da Penha

		hidrológicas, atividades sísmicas e intervenções humanas.	episódios de chuvas intensas e prolongadas.	possam aumentar a instabilidade, como escavações ou construções próximas; Consultar um engenheiro geotécnico para análises mais detalhadas e intervenções específicas.	

ANEXO II - FICHA DE CONTINUIDADE OPERACIONAL DAS UNIDADES

IDENTIFICAÇÃO	INFORMAÇÃO A VALIDAR
Unidade / CNES / distrito	[Nome oficial] / [CNES] / [Território de referência]
Responsável / suplente	[Nome, função e contato institucional em lista restrita]
Horário / serviços essenciais	[Horário, capacidade, atividades críticas e retaguarda]
Data da verificação / revisão	[Data] / [Prazo de nova verificação]

REQUISITO	CONDIÇÃO / AUTONOMIA ATUAL	ALTERNATIVA / PROVIDÊNCIA	REFERÊNCIA
Água e reservação	[Fonte, volume, consumo e autonomia]	[Abastecimento alternativo e controle sanitário]	[Responsável]
Energia e instalação	[Fornecimento, quadro e cargas críticas]	[Retaguarda, manutenção e prioridade]	[Responsável]
Imunização / rede de frio	[Câmara, alarme, temperatura e autonomia]	[Retaguarda validada e acondicionamento]	[Responsável]
Medicamentos e insumos	[Itens críticos, saldo, validade e reposição]	[Estoque de segurança e remanejamento]	[Responsável]
Oxigênio e equipamentos	[Fonte, quantidade e usuários dependentes]	[Cilindro, recarga e alternativa]	[Responsável]
Climatização / ventilação	[Ambientes críticos e condição dos equipamentos]	[Manutenção e ambiente alternativo]	[Responsável]
Laboratório / amostras	[Coleta, acondicionamento e transporte]	[Rota e unidade de apoio]	[Responsável]
Equipe / escala	[Profissionais, suplentes e ausências]	[Escala e cobertura mínima]	[Responsável]
Internet / registros	[Conectividade, backup e formulários]	[Modo offline e canal alternativo]	[Responsável]
Acesso / transporte	[Rotas, viaturas e pontos de interrupção]	[Caminho alternativo e remoção]	[Responsável]
Limpeza / resíduos	[Material, abrigo e coleta]	[Estoque, rota e prestador]	[Responsável]
Segurança / estrutura	[Calor, fumaça, drenagem e vulnerabilidades]	[Correção, interdição ou realocação]	[Responsável]
Comunicação / população	[Canal e grupos prioritários]	[Alerta, busca ativa e orientação]	[Responsável]
Demanda da unidade	[Necessidade adicional informada pela equipe]	[Ação, prazo e apoio necessário]	[Responsável]

ANEXO III - AVALIAÇÃO RÁPIDA DE DANOS E NECESSIDADES EM SAÚDE

Instrumento destinado à avaliação inicial, ao acompanhamento da situação e à eventual formalização de solicitações de apoio. As informações registradas deverão ser baseadas em dados confirmados, com identificação expressa dos registros preliminares, respectivas fontes de informação e horário da última atualização.

CAMPO DE AVALIAÇÃO	REGISTRO TÉCNICO
Evento / data / horário	[Tipologia, início, intensidade observada, situação atual e previsão de atualização]
Área / comunidades afetadas	[Distrito, localidade, via, coordenada quando disponível e abrangência estimada]
População exposta	[Total estimado, crianças, idosos, gestantes, pessoas com deficiência e usuários críticos]
Vítimas / demanda assistencial	[Atendidos, feridos, óbitos, removidos e necessidade de assistência]
Desalojados / desabrigados	[Quantitativo validado, abrigo, responsável e necessidades de cuidado]
Água / saneamento	[Sistema afetado, qualidade, interrupção, autonomia e alternativa]
Energia / comunicação	[Unidades afetadas, autonomia, equipamentos críticos e meios alternativos]
Acesso / transporte	[Vias interrompidas, comunidades isoladas, ambulâncias e rotas disponíveis]
Rede assistencial	[Unidades, serviços, leitos, profissionais, regulação e continuidade]
Medicamentos / imunobiológicos	[Estoque, perda, validade, rede de frio, insumos e reposição requerida]
Vigilância / agravos	[Agravos observados, riscos sanitários, coleta, notificação e investigação]
Providências locais	[Ações executadas, recursos mobilizados, responsáveis e resultados]
Capacidade insuficiente	[Lacuna objetiva, urgência, quantitativo, prazo e justificativa do apoio]
Apoio solicitado / resposta	[Órgão, protocolo, data, recurso solicitado, previsão e retorno]
Responsável / próxima avaliação	[Área, contato institucional, horário e data de reavaliação]

ANEXO IV - BOLETIM SITUACIONAL E REGISTRO DE DECISÕES

Boletim nº [____] | Data/hora [__] | Nível operacional [___] | Período de referência [_____] | Coordenação [_____].

BLOCO	SITUAÇÃO CONFIRMADA / FONTE	DECISÃO / RESPONSÁVEL	PRAZO
Clima / aviso	[Aviso, área, vigência e órgão emissor]	[Nível e ação definida]	[Horário]
Água e solo / qualidade	[Captação, interrupção, análise e autonomia]	[Controle, abastecimento ou comunicação]	[Horário]
Fogo / fumaça	[Local, propagação, população e resposta]	[Proteção, assistência e articulação]	[Horário]
Vias / território	[Bloqueios, comunidades e rotas]	[Acesso, remoção e pré-posicionamento]	[Horário]
Agravos / vigilância	[Atendimentos, casos, suspeitas e tendências]	[Investigação e medida sanitária]	[Horário]
Serviços de saúde	[Funcionamento, demanda, equipe e retaguarda]	[Reorganização e prioridade]	[Horário]
Estoque / rede de frio	[Autonomia, temperatura, perda e reposição]	[Proteção, remanejamento e aquisição]	[Horário]
Grupos prioritários	[Território, condição e suporte]	[Busca ativa e cuidado programado]	[Horário]
Apoio / comunicação	[Órgão acionado, status e canal]	[Reforço solicitado e mensagem pública]	[Horário]
Próxima avaliação	[Data, horário e informação pendente]	[Responsável e produto esperado]	[Horário]

ANEXO V - ACIONAMENTO INSTITUCIONAL E DIRETÓRIO DE CONTATOS

Manter versão operacional restrita com titular, suplente, telefone funcional, e-mail e escala. A versão pública conterá apenas órgãos, funções e canais oficiais. Fluxo básico: fato confirmado -> referência técnica da SMS -> gestão / Sala de Situação -> órgão competente -> unidades e população, conforme necessidade.

ÁREA / ÓRGÃO	NOME (TITULAR E SUPLENTE)	E-MAIL / TELEFONE PESSOAL
Secretaria Municipal de Saúde	Titular: Suplente:	Titular: Suplente:
Ponto Focal VIGIDESASTRE	Titular: Suplente:	Titular: Suplente:
Vigilância em Saúde	Titular: Suplente:	Titular: Suplente:
Atenção Primária à Saúde	Titular: Suplente:	Titular: Suplente:
Assistência Farmacêutica	Titular: Suplente:	Titular: Suplente:
Imunização / Rede de Frios	Titular: Suplente:	Titular: Suplente:
Defesa Civil Municipal	Titular: Suplente:	Titular: Suplente:
Corpo de Bombeiros Militar	Titular: Suplente:	Titular: Suplente:
SAMU / Regulação	Titular: Suplente:	Titular: Suplente:
Polícia Militar	Titular: Suplente:	Titular: Suplente:
SESA / Regionl de Saúde	Titular: Suplente:	Titular: Suplente:
LACEN / Laboratório de referência	Titular: Suplente:	Titular: Suplente:
Programa Estadual de Imunização	Titular: Suplente:	Titular: Suplente:

Hospital / Rede de referência	Titular: Suplente:	Titular: Suplente:
Obras / Transporte	Titular: Suplente:	Titular: Suplente:
Assistência Social / Educação	Titular: Suplente:	Titular: Suplente:

PROTEÇÃO DE DADOS Contatos nominais, telefones pessoais, escalas, dados clínicos, endereço de usuários vulneráveis e informações de segurança devem permanecer em documento operacional de acesso controlado, conforme finalidade e necessidade.

ANEXO VII - SISTEMAS OFICIAIS DE MONITORAMENTO E CONSULTA

Consultar a data, a abrangência, a atualização e as condições de uso de cada sistema. Dados de vigilância restrita e sistemas internos devem ser acessados apenas pelos profissionais autorizados. A interpretação operacional observará a competência do órgão emissor.

TEMA / UTILIDADE	ÓRGÃO / SISTEMA	ACESSO
Avisos meteorológicos	Instituto Nacional de Meteorologia - INMET	https://avisos.inmet.gov.br/
Monitoramento e alertas de desastres	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN	https://www.gov.br/cemaden/
Seca e disponibilidade hídrica	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - Monitor de Secas	https://monitordesecas.ana.gov.br/
Queimadas e focos de calor	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Programa Queimadas	https://data.inpe.br/queimadas/
Clima e indicadores sanitários	Ministério da Saúde - Painel Clima e Saúde	https://clima.saude.gov.br/
El Niño e comunicados estaduais	Governo do Espírito Santo - Alerta ES	https://alerta.es.gov.br/el-nino-es
Boletins estaduais do El Niño	Centro Integrado de Comando e Controle - Espírito Santo	https://alerta.es.gov.br/boletim-el-nino-2026-27
Registro de desastres	Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID	https://s2id.mi.gov.br/
Informação territorial	IBGE Cidades – Conceição do Castelo	https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/conceicao-do-castelo.html
Vigilância dos desastres	Ministério da Saúde - Vigidesastres	https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/resposta-a-emergencias/vigidesastres
Vigilância da água	Ministério da Saúde - Vigiagua	https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/saude-ambiental/vigiagua

ANEXO VIII - COMPRAS PREPARAÇÃO ESPECÍFICA PARA O EL NIÑO

Promover, de maneira prática e articulada, o levantamento das necessidades dos serviços de saúde, o planejamento das aquisições e contratações e a adoção de medidas de apoio, visando fortalecer a capacidade de preparação, resposta e continuidade da assistência diante dos eventos relacionados ao El Niño, considerando os riscos sanitários, epidemiológicos, ambientais, ocupacionais, assistenciais e logísticos.

Compras prioritárias da Vigilância em Saúde

Área	Aquisições prioritárias
Vigiágua / Vigilância Ambiental	Hipoclorito de sódio a 2,5% em frascos para distribuição. Comparadores ou kits de cloro residual livre. Turbidímetro portátil, se não houver equipamento disponível. Reagentes e frascos estéreis para coleta. Caixas térmicas rígidas para transporte de amostras. Gelo reciclável e termômetros. Etiquetas, lacres e formulários.
Vigilância Epidemiológica	Caixas térmicas rígidas para transporte de amostras. Embalagens triplas. Swabs e meios de transporte conforme orientação do LACEN. Potes coletores e sacos para material biológico. Impressos de notificação. Tablets ou notebooks com conexão móvel.
Arboviroses e Zoonoses	Larvicida autorizado. Materiais para ovitrampas e ContaOvos. Lanternas e pilhas. Pinças, conchas e pipetas. Sacos resistentes, telas e materiais de campo. Insumos para controle de roedores. Recipientes e equipamentos para recolhimento seguro de animais mortos.
Vigilância Sanitária	Kits de inspeção. Termômetros infravermelhos e de espeto. Medidor de cloro. Frascos e lacres para amostras. Caixas térmicas. Pranchetas impermeáveis e formulários impressos. Fitas de isolamento. Materiais educativos sobre água, alimentos, limpeza e descarte.

Saúde do Trabalhador	Botas impermeáveis de cano longo. Luvas nitrílicas e luvas grossas impermeáveis. Macacões ou roupas impermeáveis e aventais. Óculos de proteção e protetor facial. Máscaras PFF2. Capacetes e coletes refletivos. Protetor solar e repelente. Lanternas de cabeça.
Comunicação e Educação em Saúde na Vigilância	Faixas, cartazes e folhetos. Materiais para orientação sobre água contaminada, leptospirose, animais peçonhentos, alimentos atingidos, limpeza de lama e procura por atendimento.

Área	Aquisições prioritárias
Imunização / Rede de Frio	Termômetros digitais de máxima/mínima com cabo extensor. Termômetros infravermelhos Bobinas reutilizáveis em quantidade suficiente. Caixas térmicas qualificadas (poliuretano). Contrato de manutenção emergencial das câmaras e ar condicionado Câmara científica refrigerada de reserva. Freezer exclusivo para bobinas reutilizáveis. Baterias de reposição específicas das câmaras. Material para montagem das caixas e fita de lacre. Aparelhos de ar condicionado

Prioridades da Saúde por cenário de risco

A tabela a seguir organiza os principais itens e medidas de preparação segundo o tipo de risco ou impacto esperado, facilitando a definição de prioridades e a estimativa de custos.

Risco / cenário	Prioridades da Saúde
Calor extremo	Sais de reidratação oral; estrutura para hidratação; termômetros; manutenção da climatização e ventilação; medicamentos e materiais para manejo de desidratação conforme protocolo.
Fumaça e incêndios	PFF2 para equipes expostas e grupos definidos; oxímetros; broncodilatadores e demais medicamentos padronizados; soluções oftálmicas previstas em protocolo; água e proteção das equipes.
Estiagem e água insegura	Hipoclorito 2,5%; insumos para análise de água; reservação de água nas unidades; contrato de carro-pipa com comprovação de potabilidade; pontos alternativos de abastecimento.
Arboviroses	Ovitrampas; insumos para LIRAa; equipamentos e EPIs para ACE; larvicidas autorizados; materiais educativos; eventual reforço logístico das ações; PFF2 para equipe quando indicado.
Chuvas intensas após estiagem	Curativos; EPIs; material para investigação de leptospirose e doenças diarreicas agudas (DDA); coleta de água; limpeza e desinfecção; rotas alternativas para equipes e amostras.
Doentes crônicos e vulneráveis	Estoque de segurança de medicamentos para hipertensão, diabetes, doenças respiratórias, renais, neurológicas e saúde mental, conforme cadastro e padronização municipal.
Unidades isoladas	Estoque descentralizado; rota alternativa; veículo e unidade de retaguarda previamente definidos.

ATENÇÃO AO DIMENSIONAMENTO
Não é recomendado adquirir indiscriminadamente grandes quantidades de antibióticos, testes ou medicamentos. O planejamento deve considerar protocolos, histórico de consumo, validade, capacidade de armazenamento e possibilidade de remanejamento, reduzindo o risco de perdas.

O chamado "kit desastre"

Kit de medicamentos e insumos estratégicos para a assistência farmacêutica às Unidades da Federação atingidas por desastres. O procedimento é regulamentado pela Portaria GM/MS nº 874, de 4 de maio de 2021, que atualizou a Portaria de Consolidação GM/MS nº 1/2017.

32 medicamentos	**16 insumos estratégicos**	**Até 500 pessoas por 3 meses**

O material-base registra que o kit inclui, entre outros, sais de reidratação oral, hipoclorito de sódio 2,5%, antibióticos, anti-hipertensivos, antidiabéticos, analgésicos, broncodilatador, soluções parenterais, materiais de curativo, cateteres, equipos, seringas, luvas e máscaras.

O que a Assistência Farmacêutica pode fazer agora

- Comparar os 32 medicamentos e 16 insumos com a REMUME e o estoque municipal.
- Identificar itens existentes, insuficientes, não padronizados e próximos do vencimento.
- Dimensionar cenários de 30, 60 e 90 dias como parâmetros municipais de planejamento, e não como obrigação normativa.
- Organizar previamente a documentação e o fluxo de solicitação à SESA.
- Definir quem receberá, armazenará, registrará e distribuirá o kit.
- Evitar adquirir uma cópia literal do kit sem estudo de consumo, validade, armazenamento e necessidade local.

Aquisições complementares por setor da Secretaria Municipal de Saúde

Além das necessidades específicas da Vigilância em Saúde, a preparação para o El Niño deve contemplar a continuidade assistencial, o funcionamento das unidades, o abastecimento de medicamentos e insumos, a proteção de pacientes vulneráveis e a capacidade de resposta logística da Secretaria Municipal de Saúde.

CRITÉRIO DE PLANEJAMENTO
As tabelas a seguir organizam necessidades potenciais por setor. A aquisição deve ser precedida de levantamento do estoque existente, consumo médio, prazo de reposição, capacidade de armazenamento, protocolos assistenciais e responsabilidades de cada ponto da rede.

Assistência Farmacêutica

O Plano Estadual do Espírito Santo prevê, ainda na fase de normalidade, o planejamento de medicamentos e insumos, mecanismos de aquisição com capacidade de execução rápida em emergência e organização prévia do armazenamento e da distribuição.

Grupo	O que prever/adquirir	Observação
Reidratação	Sais de reidratação oral	Prioridade para calor, DDA e desidratação.
Hidratação venosa	Solução fisiológica 0,9%, Ringer lactato e demais soluções padronizadas	Somente para serviços habilitados a utilizá-las.
Administração	Equipos, extensores, cateteres IV, agulhas tipo scalp, seringas e agulhas	Dimensionar conforme o perfil da rede.
Analgesia/antitérmicos	Medicamentos da REMUME utilizados habitualmente	Evitar estoque paralelo não padronizado.
Respiratórios	Broncodilatadores padronizados e soluções para inalação, quando indicadas	Importante para fumaça, baixa umidade e agravamento respiratório.
Doenças crônicas	Anti-hipertensivos, antidiabéticos e demais medicamentos de uso contínuo da REMUME	Priorizar pacientes dependentes de abastecimento contínuo.
Saúde mental	Medicamentos padronizados de uso continuado	Manter a continuidade do tratamento; atenção especial aos controlados.
Curativos	SF 0,9%, gazes, ataduras, compressas, esparadrapo/fita e coberturas padronizadas	Ferimentos após tempestades, quedas, limpeza e desastres.
Uso tópico	Antissépticos padronizados	Conforme protocolos assistenciais.
Diabetes	Insulinas, seringas/canetas e insumos para glicemia, conforme responsabilidade municipal	Exige atenção especial à conservação.
Emergência	Medicamentos do carrinho/maleta de emergência	Conforme protocolo do serviço.
Proteção do estoque	Caixas plásticas impermeáveis, estrados/paletes e recipientes de proteção	Reduzir risco de contato com água em alagamentos.
Controle ambiental	Termohigrômetros para áreas de armazenamento	Monitorar condições em períodos de calor excessivo.

PONTO CRÍTICO: OXIGÊNIO
Pacientes domiciliares ou unidades dependentes de concentradores devem ser incluídos no planejamento de contingência para interrupção de energia, com retaguarda assistencial e logística previamente definida.

DIMENSIONAMENTO
Não se recomenda constituir "superestoque". O planejamento deve considerar o dimensionamento nominal dos usuários vulneráveis, especialmente daqueles que residem em áreas sujeitas a isolamento.

Saúde da Mulher, Gestante, Puérpera e Criança

Itens	Justificativa
Testes rápidos utilizados no pré-natal	Continuidade assistencial.
Fitas de glicemia	Gestantes com diabetes.
Esfigmomanômetros	Acompanhamento de hipertensão gestacional.
Doppler fetal portátil, se utilizado pela rede	Assistência em unidades e ações descentralizadas.
Materiais de coleta	Continuidade dos exames.
Sais de reidratação oral	Crianças com DDA/desidratação.
Insumos de puericultura	Manutenção do cuidado.
Materiais para atendimento móvel	Comunidades temporariamente isoladas.

Transporte Sanitário e Frota

A preparação deve priorizar a disponibilidade operacional da frota, a manutenção preventiva, a capacidade de comunicação e a existência de alternativas para rotas ou veículos indisponíveis.

Aquisição / contrato	Finalidade
Pneus e estepe em condições adequadas	Rotas adversas.
Baterias automotivas de reserva ou contrato de pronta substituição	Continuidade.
Cabos auxiliares de partida	Emergência.
Lanternas automotivas	Operação noturna.
Kits de sinalização	Segurança.
Coletes refletivos	Proteção das equipes.
Carregadores veiculares	Comunicação.
Kit de primeiros socorros conforme exigências aplicáveis	Segurança.
Contrato/manutenção preventiva e corretiva	Disponibilidade da frota.
Contrato/garantia de abastecimento de combustível	Continuidade.
Veículo de retaguarda previamente definido	Falha ou isolamento.

Tecnologia da Informação e Comunicação

A interrupção de internet e telefonia deve ser tratada como risco de continuidade operacional, especialmente para unidades, equipes externas e sala de situação.

Item	Finalidade
Nobreaks	Servidores, roteadores e equipamentos essenciais.
Power banks de alta capacidade	Celulares institucionais.
Roteadores móveis 4G/5G	Comunicação alternativa.
Chips/linhas de operadoras alternativas, se tecnicamente viável	Redundância.
Telefones celulares institucionais	Equipes estratégicas.
Rádios comunicadores, quando integrados ao sistema municipal e regularizados	Contingência.
Lanternas	Operação.
HDs/dispositivos para cópias de segurança, conforme política de TI	Continuidade.
Formulários impressos	Contingência por queda dos sistemas.

ORGANIZAÇÃO RECOMENDADA
Estruturar um "kit de comunicação de contingência" para a gestão e outro para as equipes de campo, com inventário, responsável e local de guarda previamente definidos.

Gestão da Secretaria

Para a gestão e a coordenação da resposta, recomenda-se assegurar recursos mínimos para funcionamento da sala de situação, comunicação, registro e acompanhamento territorial.

Aquisição	Uso
Notebook de contingência	Sala de situação.
Tela/monitor	Acompanhamento de alertas.
Celular institucional	Coordenação.
Nobreak	Sala de situação.
Rádio	Comunicação alternativa.
Mapas impressos do município	Gestão territorial.
Pranchetas	Registro.
Impressora + tonner de reserva	Documentos emergenciais.
Papel	Continuidade administrativa.
Pastas e formulários padronizados	Registro das ocorrências.
Quadro branco	Organização operacional.
Material de sinalização	Organização de fluxos e áreas.

Este anexo orienta o levantamento de necessidades e a programação de aquisições, contratações e medidas de apoio para proteger a população e manter os

serviços de saúde diante dos impactos do El Niño. As prioridades abrangem vigilância, assistência, proteção dos trabalhadores, infraestrutura e logística.

Critérios de planejamento

A definição das necessidades de cada setor deverá ser precedida de um levantamento detalhado dos recursos existentes e da avaliação da capacidade de resposta dos serviços diante dos possíveis impactos do fenômeno El Niño. Para isso, deverão ser considerados o estoque atual de materiais, medicamentos e insumos, o histórico de consumo, a previsão de aumento da demanda, o tempo necessário para reposição, os prazos de validade, a disponibilidade orçamentária, os contratos vigentes com fornecedores e as condições adequadas de armazenamento e conservação.

O planejamento deverá levar em conta as particularidades de cada serviço de saúde, a população atendida, os grupos em situação de maior vulnerabilidade, os protocolos assistenciais estabelecidos e os riscos identificados no território. Também deverão ser avaliadas a possibilidade de interrupção do fornecimento de produtos, as dificuldades de transporte e distribuição, eventuais danos à infraestrutura e a necessidade de manutenção dos atendimentos essenciais durante situações de emergência.

Sempre que possível, deverão ser priorizados o uso racional dos recursos disponíveis, o remanejamento de materiais entre os estabelecimentos de saúde, a reorganização dos estoques e a adoção de medidas preventivas para reduzir desperdícios, perdas por vencimento e desabastecimentos. As vulnerabilidades identificadas deverão ser classificadas conforme o grau de risco e a urgência de intervenção, de modo a direcionar os esforços para os serviços e insumos considerados indispensáveis à continuidade da assistência.

As listas de materiais, medicamentos, equipamentos e demais insumos apresentadas a seguir deverão ser consideradas referências para o levantamento das necessidades potenciais, não constituindo determinação automática de aquisição. Cada solicitação deverá ser acompanhada de justificativa técnica, considerando a demanda estimada, a disponibilidade dos itens na rede municipal, a capacidade de utilização pelos profissionais, as condições de armazenamento e os recursos financeiros disponíveis.

Ressalta-se que não se recomenda a formação indiscriminada de grandes estoques, especialmente de medicamentos, antibióticos, testes diagnósticos e produtos com prazo de validade reduzido, sem que haja comprovação da necessidade assistencial e previsão adequada de consumo. A aquisição deverá observar os critérios técnicos, sanitários e administrativos aplicáveis, garantindo o uso responsável dos recursos

públicos, a segurança dos pacientes e a disponibilidade dos insumos necessários para a manutenção dos serviços de saúde diante de possíveis eventos climáticos adversos associados ao El Niño.

Necessidades prioritárias por área

As áreas deverão consolidar demandas comuns para evitar duplicidade de compras. Os insumos assistenciais e equipamentos devem ser compatíveis com os procedimentos realizados e a capacidade da rede municipal.

Área	Aquisições e medidas essenciais
Vigiagua e Vigilância Ambiental	Hipoclorito 2,5%; kits de cloro residual; turbidímetro, se necessário; reagentes, frascos estéreis e materiais para coleta, identificação e transporte térmico de amostras.
Vigilância Epidemiológica e Laboratório	Materiais de coleta, reagentes críticos, embalagens e transporte de amostras conforme orientação do LACEN; identificação, controle térmico, EPIs e registros de contingência.
Arboviroses e Zoonoses	Larvicidas autorizados, ovitrampas, insumos para levantamento de infestação, materiais de campo e equipamentos para manejo seguro de animais e controle de roedores, conforme competência.
Vigilância Sanitária	Kits de inspeção, termômetros, medidores de cloro, frascos e lacres, caixas térmicas, formulários e materiais de orientação sanitária.
Saúde do Trabalhador	EPIs definidos conforme o risco: botas, luvas, vestimentas impermeáveis, proteção ocular e respiratória, capacetes e coletes; protetor solar, repelente e iluminação de campo.
Imunização e Rede de Frio	Energia de contingência, monitoramento de temperatura, caixas térmicas qualificadas, bobinas, baterias compatíveis e manutenção das câmaras; avaliar necessidade de câmara de reserva e freezer para bobinas.
Assistência Farmacêutica	Medicamentos da REMUME para reidratação, agravos respiratórios, doenças crônicas e saúde mental; soluções, materiais de administração e curativos conforme perfil da rede; conservação e proteção dos estoques.

APS e equipes de campo	Equipamentos para avaliação clínica, glicemia e oximetria; reidratação, curativos, EPIs e higiene; bolsas de campo, formulários e recursos de comunicação para atendimento em comunidades.
Urgência e Emergência	Oxigênio e acessórios; materiais de ventilação, monitorização, acesso venoso, trauma, curativos e queimaduras; medicamentos e equipamentos previstos nos protocolos dos serviços habilitados.
Saúde Mental e RAPS	Continuidade dos medicamentos, identificação do esquema terapêutico, contatos de referência, formulários e recursos para acolhimento e comunicação com usuários e familiares.
Atenção domiciliar e pacientes crônicos	Insumos conforme cadastro: curativos, sondas, fraldas, glicemia e medicamentos. Prever oxigênio de retaguarda e fluxo assistencial para pacientes dependentes de concentradores em interrupções de energia.
Saúde da mulher e da criança	Insumos de pré-natal, coleta, glicemia, avaliação clínica e puericultura; reidratação e materiais para continuidade do cuidado em áreas temporariamente isoladas.
Saúde Bucal	EPIs, anestésicos e materiais padronizados para urgências odontológicas, instrumentais de reserva e insumos para esterilização.
Almoxarifado	Estrados, estantes e recipientes de proteção; controle de temperatura e umidade; inventário, identificação e registros de entrada e saída, inclusive em contingência.
Transporte Sanitário	Manutenção preventiva e corretiva, pneus, baterias, combustível, sinalização e comunicação; veículos de retaguarda e rotas alternativas previamente definidos.
Infraestrutura e manutenção	Energia de reserva e adequação elétrica; reservatórios e segurança da água; climatização, iluminação de emergência e manutenção hidráulica, elétrica e de refrigeração.
Higienização e resíduos	Saneantes adequados, materiais de higiene e limpeza, EPIs, sacos e recipientes conforme classificação dos resíduos; prever continuidade e ampliação da coleta quando necessária.
TI, comunicação e gestão	Equipamentos e energia de contingência, telefonia alternativa, cópias de segurança, mapas e formulários; recursos para Sala de Situação e COE-Saúde, com responsáveis e locais de guarda definidos.
Educação e comunicação em saúde	Materiais acessíveis sobre calor, fumaça, água, alimentos, vetores, limpeza e procura por atendimento, articulados com a comunicação institucional.

A proteção de usuários vulneráveis deverá considerar o cadastro e a necessidade individual de continuidade do cuidado, especialmente em áreas sujeitas a isolamento, evitando estoques excessivos e perdas.

8. Referência Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. El Niño: informes e alertas. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/saude/. Acesso em: 5 nov. 2026.
BRASIL. Ministério da Saúde. Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres – Vigidesastres. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/resposta-a-emergencias/vigidesastres. Acesso em: 20 nov. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 12.137, de 17 de setembro de 2026. Institui a Rede Nacional de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres – Rede Vigidesastres, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2026/prt12137_18_09_2026.html. Acesso em: 5 nov. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de preparação e resposta à emergência em saúde pública por inundação. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/e/enchentes/publicacoes/guia-de-preparacao-e-resposta-a-emergencia-em-saude-publica-por-inundacao. Acesso em: 4 nov. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Painel El Niño 2026–2027: quinto boletim sobre o monitoramento do fenômeno no Brasil é publicado. Disponível em: https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/painel-el-nino-2026-2027-quinto-boletim-sobre-o-monitoramento-do-fenomeno-no-brasil-e-publicado. Acesso em: 5 nov. 2026.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Saúde (SESA). Sala de Situação El Niño. Vitória, ES: SESA. Disponível em: https://saude.es.gov.br/sala-de-situacao-el-nino. Acesso em: 5 nov. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Conceição do Castelo: panorama. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/conceicao-do-castelo.html. Acesso em: 5 nov. 2026.

CONCEIÇÃO DO CASTELO (ES). Prefeitura Municipal. Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLACON) 2025. Conceição do Castelo, ES, 2025.